

Projeto A.A.  
BD-MPS



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO  
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA



**BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI**

NOVA SÉRIE

BELÉM — PARÁ — BRASIL

ANTROPOLOGIA

N.º 83

17, MAIO, 1982

**ARITAPERA : UMA COMUNIDADE DE PEQUENOS  
PRODUTORES NA VÁRZEA AMAZÔNICA  
(SANTARÉM-PA) (\*)**

**Antônio Maria de Souza Santos**  
Museu Goeldi

**RESUMO:** O trabalho começa dando uma caracterização geral de Aritapera, uma vila de pequenos produtores, na área de várzea do Município de Santarém, PA. Em seguida passa a abordar as atividades produtivas locais: artesanato de cuias, cultivo de juta, pecuária e atividades de subsistência. Finalmente, as redefinições da patronagem, onde se verificam mudanças no sistema tradicional do aviação.

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é decorrente da execução do *Projeto Santarém, Campesinato e Mudança Social numa Área Amazônica*, que se desenvolveu com recursos do Programa do Trópico Úmido, a partir da Divisão de Antropologia do Museu Emílio Goeldi.

Os objetivos gerais do Projeto se resumem na análise da situação atual do campesinato em duas áreas do Município de Santarém — planalto e várzea — e suas alternativas de expansão e/ou limitações, face às mudanças que vêm ocorrendo com a ampliação do sistema viário, da frente pastoril

(\*) — Uma versão preliminar do texto foi apresentada no VIII Encontro do PIPSA (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura), F.G.V., Grupo III: Diferenciação da Pequena Produção, realizado em Porto Alegre, RS, em abril de 1981.

M.G.2  
001.2  
001.3

e a introdução de novas relações sociais e modalidades de crédito. Em tais condições, observa-se a operação do sistema de **aviamento** (patronagem), o compadrio, bem como outras formas de relações presentes no processo em curso.

Pelo exposto, percebe-se que o trabalho aqui apresentado faz parte de um contexto maior de pesquisa, o que vale dizer que outros trabalhos se somarão a este.

A pesquisa de campo iniciou-se efetivamente em janeiro de 1977, através de excursões conjuntas e individuais à área de pesquisa. O autor realizou 4 viagens a Santarém, nos períodos de 13.01.77 a 03.02.77, 27.10.77 a 23.11.77, 29.01.78 a 26.02.78 e 18.06.78 a 17.07.78, tendo sido as duas primeiras excursões realizadas conjuntamente com o Coordenador do Projeto, pesquisador Isidoro Alves.

Após a fase de pesquisa de campo, continuamos com os procedimentos de praxe da pesquisa antropológica, realizando a elaboração do material coletado, ampliando-o através de dados secundários obtidos em instituições em Santarém, Belém e Manaus, bem como mantendo contatos através de correspondência com algumas pessoas de Santarém.

O deslocamento Belém-Santarém-Belém era feito em avião comercial e de Santarém à área de Várzea, em barco-motor.

A pesquisa de campo alternava-se entre a sede do município e a zona rural, sendo o presente trabalho uma abordagem específica sobre a área de várzea de Santarém, tendo como ponto de referência a vila de Aritapera e as relações com a Sociedade Amazônica. Durante as várias excursões de campo, visitamos também outras pequenas localidades próximas de Aritapera, como Água Preta, Cabeça de Onça e Piracãuera.

O trabalho aqui em apreço inspira-se bastante nos chamados **estudos de comunidade**, porém dentro de preocupações que estropolam os limites da pequena vila de Aritapera, principalmente levando em conta o crescimento de Santarém e os fatores de desenvolvimento da Amazônia. Assim pois,



podemos considerar nosso estudo como sendo a partir do **estudo de comunidade**.

Como se sabe, os **estudos de comunidade** ocupam um espaço considerável na pesquisa antropológica e sociológica brasileiras. Em nossos dias há certas restrições a esses tipos de estudos, se considerados dentro da velha orientação culturalista e tidos como *muito vinculados à tradição redfieldiana que acumulavam grande quantidade de dados, embora de forma em geral ingênua* (Velho, 1980:80).

Nos últimos 20 anos, um número cada vez maior de cursos de pós-graduação em Antropologia no Brasil e o enfrentamento de questões cruciais nos vários segmentos da sociedade nacional, levaram a pesquisa antropológica a crescer e diversificar-se, cabendo aos **estudos de comunidade** novos direcionamentos.

Para Wagley (1954:3) tais estudos *referem-se a uma cultura local, a uma unidade espacialmente delimitada, parte integrante de uma sociedade maior e mais complexa, e tem na sua maioria, métodos etnográficos*. Esse mesmo autor enumera à época (1954) mais de 20 **estudos de comunidade** realizados por cientistas brasileiros e estudiosos estrangeiros dedicados a assuntos do Brasil.

Dentro dos moldes científicos, o estudo sobre Cunha (no interior paulista), publicado pela primeira vez em 1947, de autoria de Emílio Willems, é considerado obra pioneira no gênero. A partir daí vários outros estudos foram desenvolvidos, principalmente a partir da Universidade de São Paulo (1).

Todos esses estudos dão uma contribuição à descrição das relações sociais dentro da comunidade e do papel das instituições sociais; porém, é interessante notar que o estudo realizado por Antônio Cândido é o único que continua sendo reeditado sistematicamente.

(1) — Entre esses estudos podemos citar, além de Willems (1961) já mencionado, Pierson, 1966; Nogueira, 1962; Cândido, 1977; e fora de São Paulo, Wagley, 1977.

A interferência do processo de urbanização de São Paulo nas transformações dos meios de vida do caipira paulista é detectada e analisada de maneira feliz por Cândido. O trabalho de Wagley em Itá constitui um parâmetro para o estudo do homem na Amazônia. Por outro lado, os estudos mencionados atrás podem ser lidos dentro dos objetivos propostos por seus autores.

Consideramos que os instrumentos metodológicos dos **estudos de comunidade** freqüentemente têm sido utilizados em inúmeras abordagens analíticas dentro da pesquisa antropológica, mesmo recente. É exatamente por aí que situamos o nosso ponto de partida neste trabalho. Ao darmos a caracterização geral da vila de Aritapera, queremos colocar o pano de fundo para demonstrarmos o papel do trabalho familiar de pequenos produtores, onde uma atividade artesanal feminina sobressai, não pela sua representatividade na economia regional e nacional, mas pelo seu *status* ao nível da economia doméstica local que apresenta transformações no sistema tradicional de aviação.

→ A vila de Aritapera está localizada numa área de várzea amazônica e porisso sua história sócio-econômica está fortemente marcada pelas condições desse ecossistema.

#### AS VÁRZEAS COMO HABITAT

Na vasta planície amazônica que soma cerca de 2.000.000 km<sup>2</sup>, duas características geomorfológicas se evidenciam, quer nos estudos especializados, quer na categorização dos habitantes regionais: **várzea** e **terra firme**.

A várzea amazônica, isto é, a planície de inundação do rio Amazonas, ocupa uma área de aproximadamente 64.000 km<sup>2</sup>, ou seja, 1,5% da Amazônia Brasileira (Moreira, 1977:15). Os terrenos não inundados pela cheia, formados a partir das várzeas, constituem as terras firmes.

A proporcionalidade relativamente diminuta das planícies aluviais inundáveis (várzeas) dentro do todo regional, merece

duas considerações importantes. Primeiramente descarta-se a noção errônea de uma imensa planície amazônica alagadiça e pantanosa, tão ao gosto de uma visão impressionista sobre a região que possui o maior sistema fluvial da Terra e onde, lembrando Leandro Tocantins, *o rio comanda a vida*. De outra feita, as várzeas amazônicas assumem uma importância considerável na região, pela maneira como elas estão dimensionadas na grande planície e por outros fatores qualitativos estabelecidos na relação homem/natureza.

Com efeito, as várzeas estendem-se de forma descontínua ao longo da calha do Amazonas e seus afluentes, estando até mesmo em áreas do litoral amazônico. Constituem um habitat onde desde épocas recuadas vem-se processando formas de adaptações tribais e regionais. Seus solos recebem o limo fertilizante deixado pelas águas das cheias, propiciando a agricultura de subsistência, a criação extensiva de gado nos campos-de-várzea e, mais recentemente, a partir da década dos 30, o cultivo comercial da juta.

Embora haja algumas diferenças quanto ao período da enchente e da vazante nos seus afluentes e tributários, o rio Amazonas condicionado ao regime pluvial da região e, secundariamente, ao derretimento primaveril das neves andinas, em geral começa sua cheia por volta de outubro/novembro até atingir o ápice aproximadamente em junho/julho, para depois começar o processo de vazante que irá se prolongar até outubro/novembro novamente.

Algumas instabilidades apresentadas no ciclo enchente/vazante, acarretam conseqüências às vezes desastrosas para os habitantes das várzeas, de modo especial quando ocorrem as consideradas **grandes enchentes** e as **enchentes excepcionais**. Segundo Soares (1977:18).

...as causas das grandes cheias, grandes ou excepcionais do Amazonas podem resultar da concomitância parcial das enchentes nele provocadas pelas abundantes chuvas que caem na região sudeste (de outubro a novembro) e noroeste (de março a julho) da sua gigantesca bacia, quer pela antecedência das precipitações na

região noroeste quer pelo atraso destas na região sudeste. Outra causa seria, simplesmente, uma maior pluviosidade, de caráter excepcional ocorrida na vasta região noroeste da bacia, ou seja, no território compreendido entre o Solimões e o rio Negro.

Os rios amazônicos costumam ser englobados em três grandes grupos, ligados entre si por tipos intermediários (Sioli, 1951:9). Ver tabela I, com alguns exemplos de rios em cada grupo.

Os rios de água branca (barrenta) são os que concentram maiores densidades de ocupação humana em suas várzeas.

No trecho do baixo-médio Amazonas três tipos de várzeas podem ser destacadas: as **várzeas de rios**, nas áreas ribeirinhas inundadas a cada cheia; as **várzeas de chuvas**, corresponderiam às baixadas afastadas do rio, nas quais as variações do lençol freático estariam relacionadas às chuvas; as **várzeas de marés**, localizadas no baixo curso do rio Amazonas e em Marajó, onde a renovação das águas se faz em função das oscilações das marés (Moreira, 1977:19).

Considerando que várzea e terra firme formam um complexo único, não se pode fazer grandes discriminações entre ambas, mesmo porque há um permanente intercâmbio sócio-econômico entre os habitantes das duas subáreas. Todavia, como análise das semelhanças e diferenças entre os dois referidos *habitats*, o estudo de Meggers presta uma contribuição valiosa, mostrando modos de adaptação à terra firme e à várzea. No que concerne à esta última a autora valendo-se de informes etnográficos e arqueológicos, reconstituiu o nível geral de desenvolvimento cultural atingido nas várzeas nos tempos pré-europeus. Sua análise é feita através do estudo de dois grupos indígenas: Os Omágua do alto-médio Amazonas e os Tapajó da foz do rio homônimo. Segundo a autora, a adaptação cultural dos grupos de várzea lhes permitiu um certo nível de complexidade sócio-política, delimitada, porém, pelas condições do meio ambiente (Meggers, 1977:182).

TABELA I — Características dos rios amazônicos

Cor	Grau de transparência	Nome do rio	Nutrientes	Acidez pH (Aprox.)	Produtividade
Rios de águas escuras (chá forte ou marrom escuro)	Superfialmente transparente	Negro Cururu	Oligotrófico	3,7 - 5,4	Improdutivo
Rios de águas claras (água límpida verde-escura no fundo)	Transparente 6-4m	Xingu Tapajós Tocantins	Relativamente oligotrófico	6,4 - 6,6	Relativamente improdutivo
Rios de águas brancas (pardacento, variando entre o cáqui, o siena e o marrom avermelhado)	Opaco	Amazonas Solimões Madeira Branco	Relativamente eutrófico	6,5 - 8,8	Relativamente produtivo

FONTE: Goodland &amp; Irwin, 1975: 105.

Como é sabido, não houve solução de continuidade na presença e vivência do homem amazônico no habitat vargeiro, apesar do extermínio de grupos indígenas, provocado entre outros motivos, pela ação colonial-expansionista portuguesa

#### A VÁRZEA DE ARITAPERA

O Município de Santarém tem sua sede situada na confluência dos rios Amazonas e Tapajós.

Alguns quilômetros ao sul da cidade, está o planalto santareno, ocupado predominantemente por colonos nordes-tinos e conhecido como Colônia. Na parte leste do Município, banhada pelo Amazonas, estendendo-se para noroeste está a área de várzea (e terra firme), onde se destaca a zona pastoril do lago Grande, bem como a vila de Aritapera que constitui *locus* de referência de nosso estudo.

Em Aritapera, os termos mais usados com referência às situações do ciclo hidrográfico são:

**VÁRZA** (várzea) — É o termo genérico atribuído aos terrenos atingidos ciclicamente pelas enchentes do Amazonas. A palavra **varja** é a usada normalmente, embora uma ou outra pessoa fale também várzea. Os aritaperenses se autodenominam **vargeiros**; todavia, esta denominação é meramente circunstancial, pois é usada num sentido específico em relação ao meio geográfico. Os ventos que sopram da várzea são chamados de **ventos vargeiros**. Várzea implica em terra firme e vice-versa;

**TERRA FIRME** — É um termo bem abrangente, aplicável aos terrenos que ficam a salvo das enchentes. Já em frente a Aritapera existem áreas de terra firme. Na visão local os limites entre várzea e terra firme são bastante mutáveis, e não têm o mesmo rigor da classificação geográfica;

**ENCHENTE** — É o período em que o nível das águas no local, provenientes do rio Amazonas, começa a subir e atingir a

vila e os terrenos da área de várzea. Em geral as casas têm uma barra nas paredes, marcando o nível da última enchente. Segundo comentam os moradores, o problema maior não é a enchente em si, mas a duração de sua permanência no ápice, sem vaziar, o que pode perdurar entre 1 e 4 meses. Este período situa-se entre o 2º e 3.º trimestre do ano. Trazem conseqüências sérias aos **vargeiros** e à economia regional (juta e pecuária) as chamadas **grandes enchentes** (com níveis além da média habitual) e as **enchentes extemporâneas** (que atingem os terrenos antes do esperado). Segundo informam os moradores locais, em Aritapera, antigamente as enchentes eram pequenas, isto é, não atingiam as extensões de terra que atingem atualmente; tal fato leva a crer que o regime das águas no local tem-se alterado nos últimos tempos;

**CHEIA** — Basicamente tem o mesmo sentido de enchente. A diferença entre ambas é muito sutil. Fala-se em **cheia** para o período de subida das águas, porém, mas especificamente para a fase em que as águas já estão inundando as terras. Enquanto o termo enchente é usado indistintamente para todo o período, desde quando as águas começam a **crescer** até atingirem o ápice;

**VAZANTE** — O tempo em que as águas vazam, até chegarem ao seu leito mínimo normal, deixando a **lama** em todos os locais que estiveram servindo de leito durante o período de inundação. Esta **vazante** ocorre no 2º semestre do ano.

**SECA** — *O tempo da seca é o tempo da vazante*, dizem os moradores. Nada tem a ver, portanto, com carência d'água. Simplesmente, com a descida das águas e a sedimentação da **lama** os terrenos voltam ao normal, e pode-se voltar a andar a pé pela vila;

**REPIQUETE** — Durante o período em que as águas estão subindo ou vazando, pode haver um súbito crescimento de seu nível durante um determinado espaço de tempo. A esse fenômeno chamam **repiquete**;

**RESTINGA** — São lombos de terra na várzea, não atingidos pelas enchentes normais;

**MAROMBA** — Tipo de curral alto (com assoalho) feito sobre estacas para abrigar o gado durante a enchente, quando o mesmo não é levado para a terra firme. Essa é a maromba propriamente dita, porém, há outras modalidades das mesmas. Por exemplo, nas casas durante a cheia, sobre o assoalho normal faz-se outro mais alto, onde as pessoas permanecem durante todo o período de inundação. São as **marombas de casa**. Há também marombas para as criações (galinhas, patos, porcos etc.), para o trabalho de cuias etc.;

**CORRENTEZA** — A maneira veloz de deslocamento dos cursos d'água. Quando as águas correm normalmente, não há correnteza e sim quando deslizam com rapidez;

**INVERNO** — É o tempo da estação chuvosa, que em parte coincide com a enchente, começando por volta de novembro e se prolongando até abril/maio, aproximadamente;

**VERÃO** — É o tempo em que as chuvas cessam e as águas já estão em fase de vazante, entre maio/junho a novembro, aproximadamente.

Os termos acima coincidem em parte com as definições dos estudos geográficos e limnológicos, porém quase todas têm conotações locais.

#### A VILA DE ARITAPERA: CARACTERIZAÇÃO GERAL

Aritapera é uma vila situada na área de várzea do Município de Santarém, no médio Amazonas (PA). (Fig. 1)

A cidade de Santarém, uma das mais importantes do Estado do Pará, depois de Belém, costuma ser cognominada **A Pérola do Tapajós**. Mas, na verdade, a cidade pertence também ao rio Amazonas, para onde está voltada a principal frente de sua área urbana. A confluência das águas barren-

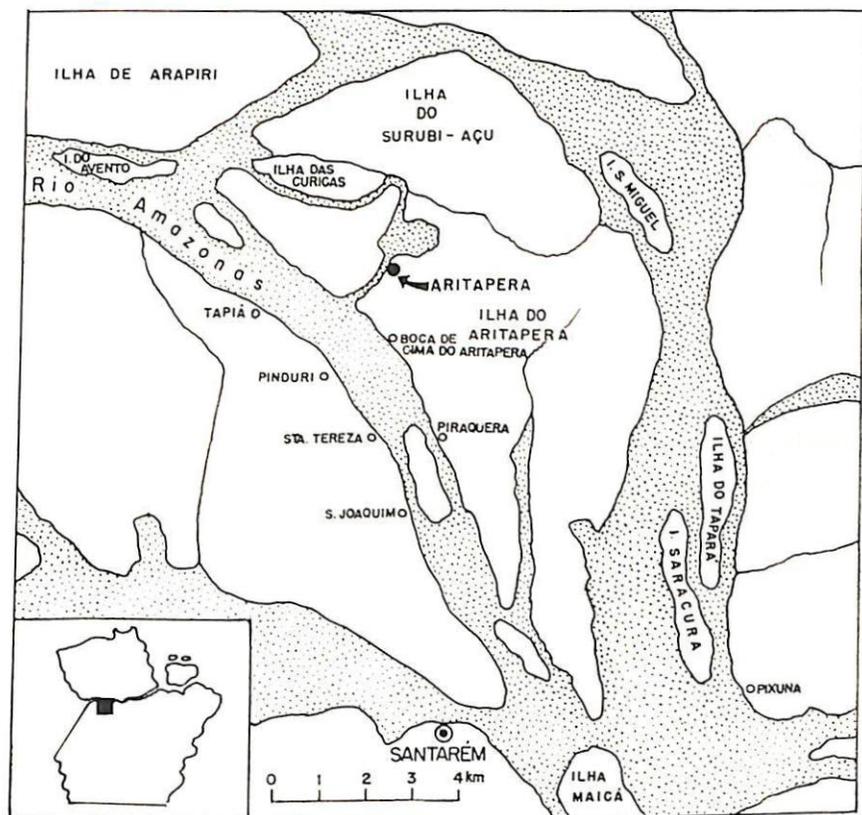


Fig. I — Localização da vila de Aritapera na várzea de Santarém.  
(Des. Guilherme Leite, 1981)

tas do Amazonas, com as águas verde-escuras do Tapajós, oferece diante da cidade o permanente *encontro das águas* que nunca se misturam.

Partindo-se de Santarém rumo à Aritapera, numa pequena embarcação que regularmente faz a viagem, busca-se a margem oposta (esquerda) do Amazonas, na direção à montante da cidade e, após cêrca de duas horas da saída, penetra-se num pequeno **braço** da referida margem do grande rio, seguindo-se pequenos lagos e paranás, até chegar-se no pequeno rio que banha a vila de Aritapera, tomando uma forma ligeiramente lacustre. São cinco a seis horas de viagem.

Aritapera é formada por um longo arruado, com as casas dispostas uma ao lado da outra, em distâncias variadas, às vezes com longos intervalos, e de frente para o rio. Segundo dados da paróquia, há em Aritapera 669 pessoas e 138 casas. Destas, 126 assoalhadas, 3 cimentadas e 9 de chão batido. Do total, 37 são cobertas de telha, 91 com palha, 8 com telha Brasilit, 1 com folha de alumínio e 1 com cavaco. Há também 8 barracões cimentados e cobertos com telha, onde funcionam a pensão, botequim e açougue, na época das festas religiosas; 1 grupo escolar, 2 escolas auxiliares, 1 casa da comunidade, 1 posto médico (com enfermeiro), 1 capela, 1 cemitério e 1 biblioteca com 400 volumes, funcionando na sacristia da capela.

#### DIVISÃO ESPACIAL

Para os moradores há uma divisão espacial da vila em 3 partes contíguas, que recebem as denominações de: **Enseada**, **Centro** e **Carapanatuba**. Não existem limites visíveis seccionando estas 3 partes. Elas são convencionalmente consideradas como começo meio e fim de um segmento.

**ENSEADA** — Para quem procede de Santarém, na rota normal da viagem fluvial é a primeira parcela de casas, onde a margem do rio apresenta a curvatura mais acentuada, porém, só realçada se vista de longe. Os moradores ribeirinhos dos rios amazônicos, em geral, usam este termo para designar locais curvos dos rios.

**CENTRO** — Abrange de fato a parte média do arruado, onde além das casas, estão a capela e o cemitério.

**CARAPANATUBA** — É a última porção de casas. O termo, segundo os moradores significa terra dos **carapanãs** (mosquitos). Todavia, a eventual incidência desses mosquitos é idêntica em toda a vila. Esta parte fica próxima de um outro povoado — Água Preta — que durante o verão tem ligação por terra com Aritapera.



Na outra margem do rio, em frente à Enseada, está outro povoado próximo: Cabeça de Onça.

Esta divisão espacial de Aritapera, serve mais como ponto de referência entre os moradores, não tendo uma maior significação social. Há apenas alguns apelidos entre os moradores dos três espaços, quase sempre ridicularizando-se uns aos outros, em tom de brincadeira.

As casas não têm muitos compartimentos, em geral 3 a 4; porém, um local importante é a cozinha, que constitui uma construção independente, embora contígua ao resto da casa; uma *puxada* como dizem os moradores, geralmente de chão batido. Ali ficam o fogão de lenha, a mesa de refeições e os demais objetos domésticos afins. É na cozinha onde as pessoas passam a maior parte do dia e onde as visitas devem sentir-se de fato *em casa*.

## HISTÓRICO

A quase totalidade dos aritaperenses são moradores antigos, havendo muitas famílias com várias gerações de ascendência local. A propriedade e o cultivo da terra, à nível local, não apresenta grandes problemas. Em geral os proprietários possuem algum tipo de documentação pertinente e os terrenos têm seus limites de há muito definidos e aceitos.

Os primeiros moradores de Aritapera foram fazendeiros de Santarém que ali adquiriram propriedades. Ainda na atualidade, muitas famílias residentes em Santarém têm ligações com Aritapera, como também há inúmeros aritaperenses residindo naquela cidade. Nos laços de parentesco alguns sobrenomes de visível origem portuguesa são predominantes, perpassando por toda a comunidade, como veremos mais adiante.

As informações locais que se referem às épocas mais remotas, dão conta de que antigamente em Aritapera se cul-

tivava laranja, cana-de-açúcar e, principalmente, cacau, enquanto nas pastagens se desenvolvia a pecuária. Alguns engenhos de cana-de-açúcar funcionaram no local, movidos a vapor ou a tração animal, produzindo açúcar-moreno, vinagre, aguardente e outros subprodutos. O último engenho ainda alcançou o ano de 1954.

Com a incidência das **grandes enchentes**, que no local são situadas a partir de 1960 (embora a famosa enchente de 1953 seja lembrada), surgiram várias mudanças nas atividades produtivas locais. As fruteiras desapareceram quase completamente. Apenas uma árvore de cultivo doméstico resistiu à ação das inundações: a cuieira (*Crescentia cujete* L.), de cujos galhos e caule se colhem os *baldes de cuia* que são preparados artesanalmente, como veremos mais adiante.

Em 1940 a juta (*Corchorus capsularis* L.) começou a ser cultivada no local, enquanto a agricultura de subsistência e a pecuária se adequaram razoavelmente à ação das enchentes.

Considerando-se o ponto de vista de interesses externos, não é uma área, ao menos por enquanto, com conflitos e especulações fundiárias, como vêm ocorrendo em outros locais do município e da região. Mesmo assim, existem alguns problemas, que às vezes geram situações tensas.

Um deles diz respeito à invasão de gado nas propriedades alheias ao seu dono. Estes casos se acentuam na época dos roçados de juta. As cercas que costumam fazer para proteger a plantação, nem sempre são suficientes e, com a penetração do gado, podem surgir desentendimentos entre as partes. Por outro lado, muitos moradores reclamam da erosão que algumas reses provocam na área, revirando o terreno. Um morador nos levou para mostrar "in loco" várias depressões provocadas pela ação do gado, associada à enchente.

Outro problema é relacionado à pesca em lagos próximos, por pescadores **de fora**. Os aritaperenses não admi-

tem tal pesca, principalmente quando são usadas redes de **malhadeira** que, segundo eles, *escorraça o peixe*. Como as malhas são pequenas, apanham peixes de todos os tamanhos, não sendo todos aproveitados. Há alguns moradores que participam desse tipo de pesca e, como os demais pescadores de outras localidades, são motivados por empresas frigoríficas do Sul do País que chegam a Santarém para adquirir peixe em larga escala. Como a grande maioria dos aritaperenses são contrários a essa pesca que consideram predatória, tem ocorrido sérios conflitos entre as partes. Certa ocasião, um grupo de moradores organizou-se (inclusive com armas) e partiu para o confronto com pescadores que utilizavam malhadeiras num lago próximo, expulsando-os do local e tomando seus instrumentos de pesca.

#### ACESSO E LOCOMOÇÃO

O acesso a Aritapera é sempre por via fluvial, tanto em relação à sede do município, como em relação às comunidades próximas. Para viagens curtas, a locais circunvizinhos, a locomoção é feita em *canoas* pequenas de madeira, a remo, com o remador sentando-se na proa da canoa. Quando viajam várias pessoas, é possível que além do remador principal, outros passageiros ajudem a remar, sentados nos demais bancos da canoa.

Na época da cheia, quando a pequena estrada que passa na frente das casas fica inundada, a única maneira de se ir de uma casa a outra, é também pelas canoas a remo. Em qualquer época do ano, para viagens mais longas, entre Aritapera e outros povoados e cidades mais distantes são utilizadas pequenas embarcações, ou sejam barcos a motor, com toldo, aliás comuns em toda a região amazônica, com a denominação genérica de **motor**, e que transportam passageiros e carga.

O percurso Santarém/Aritapera, ida e volta, é feito regularmente por dois motores da linha, isto é, que fazem dia-

riamente o referido percurso, dentro de horários previsíveis. Algumas vezes, um dos motores não **faz a linha** por estar realizando algum serviço de frete. A saída da vila é por volta das 3 a 4 horas da madrugada. A embarcação percorre todo o trecho do rio em frente às casas, parando nos portos onde há passageiros. O sinal iminente de que o barco se aproxima é o próprio barulho do motor, e o sinal convencional para fazê-lo aportar é dado pela oscilação de alguma luz (lâmparina, lanterna, farol etc.) na mão de qualquer pessoa que esteja no porto. O proprietário do barco normalmente conduz um depósito com gelo no interior de sua embarcação, onde acondiciona os peixes que vai adquirindo de pescadores na beira do rio para venda em Santarém. Devido a viagem até esta cidade ser relativamente breve (05:00 a 06:00 horas) e a embarcação de pequeno calado, os passageiros viajam sentados em bancos ou onde for possível. Por volta das 07:00/08:00 horas da manhã chega-se a Santarém. Ao meio-dia dá-se a viagem de retorno. Ao chegar em Aritapera, o barco novamente vai deixando os passageiros e pequenas cargas em seus respectivos portos. Nestas ocasiões também são transmitidos recados de parentes e/ou conhecidos de Santarém.

#### VIDA DIÁRIA E EVENTOS

O horário de Santarém corresponde ao de Manaus, ou seja 1 hora a menos que Belém, mas em Aritapera, como certamente ocorre em outros locais do interior amazônico, os moradores engendraram um horário que consideram mais adequado à meteorologia local, ou seja, meia hora a menos que o horário oficial de Santarém. Assim, pois, as atividades do cotidiano seguem este parâmetro de tempo. Naturalmente, não existe rigidez de horário determinando tais atividades.

O primeiro ponto de referência do dia que começa a chegar é a saída do barco/motor para Santarém. Nas casas

onde há passageiros para viajar, as pessoas acordam com certa antecedência para os últimos preparativos da viagem, incluindo o café da manhã. Porém, depois da saída do barco, nas casas ainda se dorme até o dia amanhecer de fato.

Duas outras atividades são feitas bem cedo: a ordenha das vacas (obtenção de leite para consumo) e corte de capim aquático para o gado, na época das cheias.

Após o café da manhã, as pessoas procuram seus afazeres diários que, dependendo da época, pode ser com juta, gado, roça etc. As mulheres, além dos trabalhos domésticos, ajudam eventualmente nas outras atividades mencionadas. O trabalho com as cuias é feito a qualquer hora, em casa.

Por volta do meio dia há o almoço. A alimentação básica é peixe dos rios e lagos próximos. Outros elementos importantes na dieta alimentar são, farinha de mandioca, feijão, arroz e alguns legumes. Com exceção do peixe, os outros alimentos, na sua maior parte, são comprados em Santarém. Caça é rara, e carne de gado mais rara ainda. Apesar da prática da pecuária, quase nunca se abate gado no local, salvo em ocasiões especiais como as festas de santo. Há, porém, um relativo consumo de leite, principalmente durante o verão. Mesmo as pessoas que não possuem gado, recebem leite da vizinhança. Uma ou outra pessoa, esporadicamente, vende leite em Santarém, o mesmo ocorrendo com queijo de fabricação caseira.

Depois do almoço, normalmente é costume uma pequena sesta. Em seguida retomam-se as atividades iniciadas na parte da manhã, porém o ritmo é menos intenso nesta parte do dia.

Embora a prática da pesca não seja preponderante em Aritapera, há algumas pessoas que se dedicam mais especificamente a ela. Para tais pessoas, os horários de atividades são muito variados. Às vezes à noite, às vezes durante o dia, dependendo das marés adequadas. Há alguns casos

de moradores que passam vários dias seguidos pescando em locais mais distantes. A pesca é uma atividade mais masculina, embora haja alguns casos de mulheres que também pescam.

No período escolar que no local vai de setembro a abril, por causa da enchente, as crianças vão à escola pela parte da manhã, algumas, e pela parte da tarde, outras.

O jantar é ao anoitecer, já à luz de lamparinas ou candelários, uma vez que a maioria das casas não tem instalação de luz elétrica e o motor de luz só funciona raramente. À noite torna-se difícil transitar por longas distâncias, mormente na época da enchente; mesmo assim, alguns moradores costumam visitar-se nestas horas. Ainda nas primeiras horas da noite é costume os homens freqüentarem as mercearias/bar para tomar alguns aperitivos e jogar bilharito, mas raramente prolongam a permanência até altas horas da noite.

Os eventos vitais seguem os mesmos hábitos das áreas rurais amazônicas, com pequenas variações.

No que concerne ao nascimento de crianças, podem ocorrer com a assistência de parteiras locais, ou, dependendo das circunstâncias e possibilidades, com a assistência médica de alguma maternidade em Santarém. Em épocas passadas a atuação das parteiras era mais usual, mas nos dias atuais a alternativa da maternidade é freqüente. O nascimento é seguido pelas comemorações de costume, incluindo o **mijo** da criança, ou seja, a bebida que os pais devem oferecer aos visitantes, o que ocorre em clima festivo. Há ainda a preocupação de que a criança seja batizada o quanto antes (na religião católica) para *deixar de ser pagã*.

Quanto aos óbitos, seguem práticas já bastante conhecidas: **quarto** (velório), sepultamento e a solidariedade das pessoas da comunidade para com os parentes da pessoa falecida. Durante uma de nossas estadas em Aritapera, faleceu uma senhora idosa, moradora antiga de Aritapera e

que, segundo informações unânimes de seus parentes e conhecidos, tinha a idade de 102 anos. Na ocasião estivemos presente ao velório, quando nos foi dado observar as mesmas características do *quarto* das áreas rurais amazônicas, com o invariável cafezinho. No quintal, ao lado da casa, dois marceneiros faziam o caixão, enquanto outras pessoas observavam, conversando entre si. No interior da casa também havia um número grande de pessoas.

Acompanhamos também o enterro que é feito na Vila de Paracari, no Município de Alenquer, a 05 horas de viagem a motor, de Aritapera. O cemitério da Vila não está mais sendo usado, devido às enchentes. O caixão foi colocado no meio da sala do barco, e a viagem transcorreu tranquila. À certa altura foi rezado um **terço** pelos acompanhantes. Chegando em Paracari conduziu-se o féretro para a capela e depois foi feito o sepultamento no cemitério.

Os aritaperenses são todos católicos, não havendo outras confissões religiosas no local.<sup>(2)</sup> Os cultos e demais atividades religiosas recebem orientação da Prelazia de Santarém. Há duas *festas* no calendário religioso local: Santíssima Trindade e São Sebastião, que são celebradas uma em seqüência da outra, entre dezembro e janeiro. As duas comemorações são organizadas pela comunidade através das **equipes** e **comissões**; bem como com o apoio dos **Juizes** que são pessoas nominalmente relacionadas no **Programa da Festa** e que devem colaborar para a realização do evento. Além das práticas religiosas propriamente ditas, há outras de cunho profano como torneios de futebol, festas dançantes e promoções semelhantes.

(2) — Segundo informações da Sra. Evangelina Corrêa de Santana, de Aritapera, que guarda com cuidado um caderno de anotações, o lançamento da pedra fundamental da capela local foi a 18 de agosto de 1886 e teve a solenizá-lo o padre Tobias. A 12 de janeiro de 1887 o povo assistiu a primeira missa, no templo ainda inacabado; esse ato religioso foi realizado por D. Amando Bahlman.

Outro evento, já não mais religioso, é a **ferra**, que ocorre no mês de janeiro e consiste na marcação do gado novo com um ferro quente formando as letras iniciais do dono do novilho. Cada proprietário (alguns vindos de Santarém) em determinado dia faz a sua **ferra**, ocasião em que se reúne um certo número de pessoas, em clima festivo, havendo sempre um almoço e bebida para os participantes. É feita uma pequena fogueira onde a **marca** (as letras em ferro) é colocada, fixada na extremidade de um outro pedaço de ferro terminado por um cabo de madeira. Procedese, então, à marcação dos novilhos. Alguns vaqueiros os derrubam um a um ao chão, enquanto outro aplica o ferro quente no quarto trazeiro do animal, gritando: macho! ou fêmea! para que se vá conferindo o número de gado marcado. O desenrolar dos trabalhos é sempre acompanhado com muita algazarra pelos circunstantes.

Entre as práticas de lazer o futebol tem um papel de destaque entre os homes, envolvendo de certo modo toda a comunidade. Há cinco times desse esporte em Aritapera (Cruzeiro, Internacional, São Francisco, São Raimundo e Atlético); alguns mais organizados, outros menos. Frequentemente há treinos e, geralmente nos fins de semana, há jogos com maior participação. Em circunstâncias especiais são convidados times de outras localidades para participar de torneios a que chamam de **festival**, em cujo encerramento há sempre uma festa dançante à noite.

Um fato marcante na vida sócio-cultural dos aritaperenses é o rádio, como aliás ocorre em todo o *hinterland* amazônico e mesmo brasileiro. É difícil encontrar-se uma residência em Aritapera que não tenha rádio, quase sempre *ligado*, desde que haja gente em casa. Há duas emissoras de rádio em Santarém: Rádio Clube de Santarém e Rádio Rural. Esta última pertence à Prelazia de Santarém e é a mais potente e a mais ouvida em todo o município, alcançando ainda outros municípios vizinhos. Sua programação é comercial e segue as mesmas linhas de outras emissoras

de rádio conhecidas no País. Há alguns poucos programas de cunho mais estritamente religioso, principalmente aos domingos.

A referida emissora de rádio, além dos itens já mencionados, oferece um serviço extremamente significativo: as **mensagens**. Consistem em avisos, recados, notas etc. que as pessoas interessadas mandam passar para os respectivos destinatários, pagando uma pequena taxa pela transmissão. Há dois programas diários de **mensagens**, um ao meio dia e outro às 18 h, ambos muito concorridos, intitulados Correspondente Rural.

Para muitos lugares distantes, como os garimpos e localidades das várzeas, as **mensagens** representam o único meio de comunicação imediata a partir do centro urbano. Para que se possa ter uma idéia mais precisa de tais **mensagens**, apresentamos a seguir alguns exemplos das mesmas, colhidas em parte através dos arquivos da Rádio Rural em Santarém e em parte gravadas de um rádio em Aritapera, com referência ao ano de 1977. A forma apresenta expressões peculiares e muitas vezes um tom coloquial. O conteúdo reflete situações as mais variadas. Por conveniência, os nomes das pessoas serão referidas aqui apenas com as iniciais. Vejamos a seguir:

Atenção garimpo do Inambé, mensagem para A.F.A. sua mãe pede que venha urgente e traga dinheiro, pois Bebé está doente e eu estou sem condições. Assina R.F.A. Favor quem ouvir esta mensagem transmitir ao destinatário.

Atenção M.M.R. no garimpo do Amana, ou onde estiver, M. avisa que está sem dinheiro. Venha urgente pois os meninos estão doentes. Procure carta que está com V. Assina sua esposa M.R.C.

Atenção R.S. no garimpo da Felicidade. Seu esposo avisa que ainda não jogou mercadorias por motivo de não ter avião para fazer o lançamento. Todos os que estavam em Itaituba estão procurando o Jaburu que caiu com 5 passageiros. Aviso também que cheguei ontem fazendo boa viagem. Cuidado com nossa filhinha. Assina A.C.S. conhecido por Cripu.

### A POSIÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

Os moradores de Aritapera se constituem em famílias nucleares. As regras de residência dos novos esposos após o casamento são as conhecidas em nosso meio, da neolocalidade. Quando esta mudança para uma unidade doméstica independente não ocorre de imediato, os recém-casados permanecem por algum tempo em casa de algum parente. O casamento religioso (católico) é muito valorizado. Uma estatística feita por uma equipe de catequese local, em fevereiro de 1978, demonstra que na parte **Centro** da Vila, de 28 casais entrevistados, 26 estavam casados no religioso, 3 dos quais também no civil. Apenas dois casais viviam **amigados**.

A longa convivência dos moradores na localidade ensejou a realização de casamentos entre aritaperenses, fazendo com que os laços de parentesco percorram toda a extensão da comunidade. Por outro lado, ao longo dos anos, são muitos os moradores que saíram e continuam saindo de Aritapera, quer para Santarém, quer para outras cidades e localidades menores. Desse modo, verifica-se uma dispersão geográfica bastante grande dos laços de parentesco, com relações locais e inter-locais. Nessa mesma linha de análise, voltamos a lembrar que a origem de Aritapera é de famílias santarenas, o que torna a trama de relações ainda mais consistente.

Outro aspecto a frisar é quanto às características das famílias. Étnicamente percebe-se que a herança mais acentuada é a portuguesa, e este fato conduz a outro que diz respeito à virtual importância de determinadas famílias. Um nome como Imbiriba Lisboa, por exemplo, com raízes em Santarém e Aritapera, merece realce no contexto santareno. Há vários membros dessa família bem situados economicamente e alguns também com projeção política. Um Prefeito do Município, que anteriormente já fora deputado, pertencia a essa rede de parentesco. Um fato como este, é mencio-

nado por muitos aritaperenses com uma certa ponta de orgulho, como denota a seguinte observação de um supervisor do MEB (Movimento de Educação de Base) de outra localidade: *Não sei se isto tudo vai deixando o pessoal meio vaidoso, porque tem um Prefeito filho do lugar...*

Essa forma de **excelência na família** faz com que haja dentro da malha de parentes da mesma uma certa diferenciação entre os elementos mais proeminentes e outros mais **pobres** ou já **misturados**, o que, forçando um pouco o raciocínio, se poderia falar em **impurezas** na família. Estes tipos de parentes se situam em posição um tanto capenga em relação a um certo clã familiar.

Atualmente as famílias que formam a comunidade aritaperense são, essencialmente: Rego, Corrêa, Pereira, Souza, Almeida, Duarte Maduro, Lisboa, Martins, Maciel, Vasconcelos e Caldeira.

Um exame das genealogias de cada uma dessas 11 famílias, recolhidas por David Funnel entre 1969 e 1976 (com pessoal) demonstra que dos 221 casamentos observados em 4 gerações de todas elas, 140 ocorreram entre habitantes de Aritapera e habitantes das redondezas; 81 ocorreram somente entre habitantes de Aritapera, sendo 10 entre parentes que a tradição regional considera como tais.

Dada a relativa facilidade que os aritaperenses podem visitar as comunidades como Cabeça de Onça, Piracãuera, Água Preta, Vila Curuaí etc., as quais lhe são imediatamente vizinhas, distando no máximo 05 a 07 horas de viagem a motor, não é tão facilmente que se pode atribuir o alto número de casamento entre famílias locais (mais de 1/3 dos casamentos observados) a fatores geográficos, tais como o isolamento.

Por outro lado é sabida e reconhecida a tendência da tradição portuguesa (à qual indubitavelmente pertencem todas as 11 famílias, como bem o demonstram os sobrenomes)

de atribuir nebulosamente uma certa *aura* de incesto aos casamentos entre os primos ou parentes muito próximos. Se esses casamentos não são vistos como expressamente proibidos, também não são unanimemente recomendáveis pela tradição.

Esses fatos nos colocam uma pergunta :

Por que a alta incidência de casamentos entre famílias locais, até mesmo entre parentes, em alguns poucos casos ?

Qualquer pesquisador que já teve oportunidade de analisar as relações de parentesco em sociedades *não* regidas por sistemas classificatórios, com casamentos preferenciais e/ou prescritivos, está a par das grandes dificuldades que essa análise acarreta. Nas palavras de Lévi-Strauss (1976: 19-23), os casos em que *não* ocorrem sistemas classificatórios, com casamento preferenciais e/ou prescritivos são as *estruturas complexas de parentesco*, por oposição às *estruturas elementares*, caracterizadas precisamente pela ocorrência da classificação de parentes e pela prescritividade/preferencialidade. Ora, onde essas regras não estão presentes, é de esperar-se que o sistema se desenvolva um tanto rapsodicamente, tal como se não houvesse regras de parentesco. Mas nesse caso, não seria um *sistema* de parentesco.

Ocorre que as estruturas complexas de parentesco não são assim tão rapsódicas: há, em primeiro lugar as regras negativas, relativas à proibição do incesto e da endogamia (Ibid.: 41-63); em segundo lugar, se as estruturas complexas de parentesco não são regidas pela prescritividade ou preferencialidade quanto à determinação dos cônjuges possíveis, a escolha do cônjuge obedece à *mecanismos econômicos ou psicológicos* (Ibid.: 19).

A distinção entre estruturas elementares e estruturas complexas de parentesco pode então ser estabelecida da seguinte maneira: as estruturas elementares obedecem a um

*modelo mecânico* (pequena distância entre a forma de sociabilidade admitida por uma sociedade e o comportamento efetivo de seus membros quanto à sociabilidade); as estruturas complexas, a um *modelo estatístico* (grande distância entre a forma admitida e o comportamento efetivo). Pode dizer-se, portanto, que as estruturas complexas de parentesco são variações estatísticas de estruturas elementares (Ibid.: 31).

Ora, se o casamento deve ser visto como uma troca entre unidades sociais (Ibid.: 31), em que a endogamia local (em Aritapera, quase 37% do total dos casamentos observados) obedece a algum modelo mecânico? Se nos outros 63% dos casos há exogamia local, pode-se dizer que esses 37% (na hipótese de não serem atribuíveis ao isolamento) devem provir de alguma necessidade extra-parentesco.

Sustentamos que eles provém da necessidade de manter-se a extensão mínima de terra (10 ha em média) que toca a cada família local, sob a posse de pessoas que sejam vizinhas e em cuja continuidade e reprodução os habitantes possam confiar. Se essas terras passassem *via casamento* a pessoas de fora da comunidade, a rede de alianças seria alargada, correndo a terra o risco de ser ainda mais retalhada do que já é.

Podemos dizer, portanto, que o *modelo mecânico* que está por trás dos casamentos endogâmicos de Aritapera está ligado a uma solidariedade economicamente determinada.

Seria conveniente considerar agora que a organização e o comportamento dos membros da família nuclear apresenta alguns direcionamentos que podem ser acompanhados, principalmente no que se refere aos parentes que se situam fora da estrita unidade conjugal. Muitas vezes, não se pode encaixar pura e simplesmente o procedimento das pessoas num único e exclusivo modelo de família. No nosso campo de observação nota-se que no relacionamento das pessoas dentro da família nuclear, há muitos componentes próprios do modo de família extensa, embora esta não exista tipicamente.

Convém lembrar que a estrutura patriarcal e extensa, intimamente ligada ao catolicismo tradicional e onde a parentela era a instituição básica, veio sofrendo transformações que se ligam à industrialização e urbanização; todavia, os laços extensos de parentesco e a estrutura de relações que caracterizavam a camada senhorial do passado, sobrevivem ainda nas classes altas e médias urbanas e na vida político-administrativa, em todo o Brasil (Lopes, 1980: 127).

Embora transformações também se verifiquem nas populações rurais brasileiras ligadas à transformação global da sociedade, suas conexões com aquilo que persiste da antiga família extensa continuam vigentes. Com os dados de que dispomos, podemos afirmar que entre os membros das famílias aritaperenses, mantêm-se muitos níveis de solidariedade, auxílios e assistência, bem como as costumeiras articulações de clientelismo, nepotismo e filhotismo, que permeiam não só as relações com instituições político-administrativas, como também com os núcleos de poder presentes no exercício das atividades sócio-econômicas regionais, onde merece destaque as relações patrão-cliente (freguês).

A colaboração entre vizinhos e as formas comunais de organização de atividades entre os moradores não são frequentes, salvo por ocasião das festas religiosas ou promoções esportivas ligadas aos times de futebol. O espírito comunitário está sempre subjacente e é colocado em prática sempre que surge uma motivação plausível. Há alguns anos passados, por exemplo, com a participação de um casal de *Voluntários da Paz*, um grupo de moradores fez um **mutirão** para melhorar as condições da estrada da vila. Outro fato que também pode ser mencionado é com relação ao motor de luz que foi adquirido em parte com a colaboração da comunidade. Porém, no que se refere à produção, propriamente dita, esta se processa mais ao nível da unidade familiar, com alguns casos de parceria ou contratos sazonais de trabalho. A produção destina-se em parte para a subsistência e em parte para o mercado.

Várias pessoas idosas na comunidade, recebem pensão de aposentadoria do FUNRURAL.

## MODALIDADES DE PRODUÇÃO

### AS CUIAS SANTARENAS E SEU ARTESANATO EM ARITAPERA

Um recipiente côncavo, de forma hemisférica, de cor preta, é a forma típica da cuia, incorporada aos usos e costumes do amazônida.

Câmara Cascudo registra em seu **Dicionário de Folclore** que *são famosas as cuias negras ornamentadas artisticamente, vendidas em Santarém, no Pará. O emprego viera dos indígenas aos colonizadores* (1980: 267).

Esta tradição artesanal, como notou o autor acima, é uma herança indígena que se perde no tempo. Alexandre Rodrigues Ferreira, na **Viagem Filosófica**... (1986) faz um registro valioso *sobre as cuias que fazem as índias de Monte Alegre e de Santarém, onde se refere* :

A matéria, de que as índias fazem as cuias é o fruto da árvore que elas chamam ...cuiinha e os portugueses ...cuieira. A cuieira quase todo o ano dá fruto; gasta dois meses para amadurecer, que é quando o recolhem. O sinal de que está madura, é quando batido o fundo com as costas de uma faca, ele tine; isto é, como a casca adquire, pela madurez, uma consistência lenhosa, produz aquele som. Daqui vem, que nas cuieiras se observam muitas vezes os frutos com alguns regos cicatrizados na casca mais exterior, procedidos das tentativas práticas que lhe fizeram. Uma boa cuieira chega a dar por ano 120 até 130 frutos, que vem a ser 260 cuias, partindo cada fruto em duas metades. (Ferreira, 1974 : 35).

Mais adiante continua o autor :

Tirado o fruto da árvore trata-se de o dividir ao comprido em duas metades, o mais que a olho se pode dividir. De três modos o dividem; ou serrando-o com uma pequena serra, que para isto tem de propósito, ou dando-lhe primeiro um risco com a ponta de uma faca, e com um martelo batendo a faca sobreposta ao risco, ou atando ao comprido um cordão que determine as metades, e batendo-o também com o martelo, até internar-se pelo casco.

Este último método tem o defeito de o quebrar muitas vezes: por esta razão, preferem qualquer dos dois primeiros. Divididas as metades, no miolo de cada uma delas se faz com a ponta da faca uma cruz, e assim raspando-a em roda, o separam do casco. Com a mesma faca ou com o sepilho se aplanam os lábios e com outra faca de ponta curva se desbasta a porção do miolo, mais arraigada ao casco, donde ainda procede alguma notável desigualdade de superfície interior, até que ela fique bem levigada. Enchuga-se ao sol, pelo espaço de um dia no verão e pelo de dois no inverno. Então é que passam a preparar a casca exterior. (Ibid: 36).

A descrição prossegue até a pintura das cuias com *cumatê*, um verniz preto de origem vegetal, que adquire maior fixação e brilho graças ao vapor alcalino da urina salpicada na terra, onde as cuias são colocadas por algumas horas.

Além do aspecto comercial das cuias, que já à época eram *negociadas* pelos portugueses, o autor faz alusão à utilidade delas para os índios (Ibid: 39).

Já em época mais recente, o escritor Ferreira de Castro faz outra referência considerável. No seu romance auto-biográfico *A Selva* trata de um jovem português, que, emigra para o Brasil (Belém-do-Pará), seguindo depois para um seringal no rio Madeira. A passagem por Santarém é descrita com inegável autenticidade, evidenciando-se as cuias:

Moleques e adultos, negros e caboclos, invadiram o navio, em ruidosa venda de frutaria e de cuias de todos os tamanhos e feitios. Expostas nos conveses a novidade, ou ainda oferecida lá de baixo, das canoas, travaram-se fortes regatelos, porque os invasores, como os judeus, pediam vinte por aquilo que só valia dez.

As cuias mais que as guloseimas, prendiam a atenção de Alberto. Já as conhecia de Belém, célebres por darem frescura e fino sabor à água que por elas se sorvia, mas nunca as vira em tanta fantasia e variedade. Fruto grande e redondo, de muitos quilos, às vezes os nativos serravam-no pelo meio, extraíam-lhe a polpa inútil e das duas metades da casca, submetidas a tratamentos e tingidas de negro, faziam aqueles primores locais. Por fora, mãos pacientes abriam, a branco sobre o fundo preto, caprichosos arabescos, uns falando de primitivas ingenuidades outros impondo-se já por uma intenção de arte. Havia também as que não tinham sido serradas: Cavara-se os frutos apenas dos lados, na parte superior fazendo alça garrida a cesto original (Castro, 1962: 60).

As cenas descritas por Castro ainda se repetem em nossos dias. Na beira do cais em Santarém, onde é intenso o movimento de *embarcações*, há sempre venda de cuias, que também são encontradas nas lojas de artesanato na cidade. Quando aportam navios de passageiros, os vendedores de cuias se dirigem para bordo oferecendo tais objetos que, nessas circunstâncias, são denominadas *cuias de carregação*.

As referências notadas atrás, como outras feitas por viajantes, cronistas, naturalistas etc., demonstram a utilidade que as cuias sempre tiveram na vida doméstica amazônica, não apenas como valor de uso, mas também como valor de troca.

Devido à larga utilização dos objetos domésticos de fabricação industrial, o uso de cuias se reduziu, como vasilha doméstica, principalmente nos centros urbanos, porém a arte culinária amazônica e particularmente a paraense torna ainda obrigatório o uso de cuias para algumas iguarias regionais, de modo especial o *tacacá* (3) e, até certo ponto, o *açaí* (4) e os *mingaus das festas juninas*. (5)

(3) — Iguaria composta de um caldo grosso — goma — quente, feito de amido da mandioca, também chamado de *tapioca*, reunido a uma quantidade adequada de *tucupi* cozido com alho, sal, *chicória*, a que se juntam alguns camarões secos; acompanha ainda *jambu* cozido e molho de *pimenta de cheiro* com *tucupi*, ao gosto. Serve-se quente, em *cuia*.

(4) — Mais que um sumo é um macerato denso, de coloração vermelho-escuro, extraído dos pequenos frutos arredondados e roxeados da palmeira do *açaí*: *açaizeiro* (*Euterpe oleracea*). Toma-se juntando-se farinha d'água ou de *tapioca* e açúcar, opcionalmente. Como fonte de alimento é de uso generalizado em toda a Amazônia, podendo ser servido em *cuias*, embora esta vasilha não faça parte necessária da receita como no caso do *tacacá*.

(5) — Na *quadra junina*, em Belém, como em toda a Região Amazônica, é costume fazer-se *mingaus* de milho branco (com côco, leite moça variavelmente, sal, açúcar, folha de *canela*) para ser servido durante as festas de *São João na Roça*. É comum o uso de *cuias* para o consumo desses *mingaus*.

Nas zonas rurais, além dessas circunstâncias, as cuias continuam sendo usadas também como vasilhas de uso comum em casa, embora já com as limitações apontadas anteriormente. Por outro lado, as cuias como peça de artesanato, que, como já vimos, sempre tiveram importância continuam ainda sendo utilizadas como tais. Podemos mesmo afirmar que nesse aspecto seu uso tem crescido nas últimas décadas, devido a maior comunicação da Região Amazônica com o resto do País e o maior incremento do turismo na região. Santarém, além de seu papel de importante entreposto comercial no baixo e médio Amazonas, possui uma infra-estrutura de serviços considerável.

As cuias de Santarém mantêm um destaque especial pela sua longa tradição artesanal, como já foi frisado anteriormente. A partir dos frutos da cuieira — baldes — se preparam além das cuias propriamente ditas, também: floreiras, porta-jóias, bolsas, maracás, gargantilhas e outros adornos. Estes trabalhos se fazem em vários outros locais do Município, porém as cuias de Aritapera já possuem uma marca de fama pela qualidade do material e pelos esmero da preparação.

#### ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

*Em Aritapera sempre se trabalhou com cuias.* Senhoras idosas assim o atestam, pois desde a idade infantil já conheciam tal atividade. Todas as pessoas de idade avançada por nós entrevistadas, tanto na cidade de Santarém como em Aritapera, foram unânimes em afirmar que o *uso de cuias é antigo em Santarém.*

O artesanato de cuias em Aritapera é praticado em quase todas as casas e é um trabalho exclusivamente feminino. Normalmente cada família tem sua própria plantação de cuias, variando o número de cuieiras entre 5 e 25, embora tenhamos encontrado uma casa em cujo quintal haviam 46 cuieiras.

O modo de preparar, seguindo os moldes da tradição indígena, ocorre da seguinte maneira :

Corta-se o balde da cuia conforme o que se pretende fazer: cuias propriamente ditas, porta-jóias, floreiras etc. Retira-se a massa que se encontra em seu interior, a que chamam de *bucho*. Ferve-se para que as cuias fiquem mais maleáveis, possibilitando que sejam melhor trabalhadas. Raspa-se bem o que tiver ficado dentro delas, e então coloca-se de molho durante 5 a 3 dias. Depois de retiradas da água, espera-se que sequem a contento, o que no verão ocorre rapidamente, já na época do inverno pode durar até um dia.

Depois de secas, devem ser alisadas; para isso utilizam-se a língua e a escama de *pirarucu* que antes de serem usadas devem passar três dias expostas ao sol. Usa-se também para raspar as cuias a folha de embaúba (*Cecropia* sp.), à guisa de lixa. As cuias raspadas apenas, chamam de *cuia pitinga* e podem ser usadas para alguns serviços domésticos.

Uma vez raspadas, *tinge-se* então com *cumatê*, uma tinta preparada com a casca de uma árvore: *achuá* (*Saccoglottis guyanensis* Bth.); essas cascas são adquiridas da terra firme, podendo ser compradas em feixes com quantidades convencionalmente adotadas no local.

O *cumatê* é preparado e aplicado do seguinte modo :

As cascas ficam de molho durante 2 a 5 dias. Amassa-se com as mãos; retira-se o bagaço, ficando apenas o líquido de cor vermelho-escuro pendendo para o negro. O *cumatê* é então aplicado nas cuias, com pena de galinha, repetindo-se a aplicação várias vezes, até a cuia ficar bem negra. Para fixar satisfatoriamente a tinta, salpica-se urina (de pessoas) no chão ou, ou numa cama com terra (pequena maromba), no período da enchente, e deixa-se as cuias durante uma noite sobre a terra. Este processo contribui também para melhor lustrá-las.

decoração

Uma vez tingidas, as cuias são decoradas a canivete, utilizando-se em alguns casos um compasso. As decorações são à base de incisões rasas e raspagens, formando motivos predominantemente de frutas e flores, que depois serão cobertos com tintas coloridas, tarefa feita já na cidade de Santarém, onde artesãos também pintam paisagens sobre cuias que são adquiridas sem os referidos rascunhos. Há uma família muito conhecida na cidade que se dedica inteiramente a essa atividade.

Esta divisão de trabalho se explica em parte pela própria natureza das atividades. Os desenhos a canivete fazem parte da mesma linha de tarefas de preparação das cuias; ao passo que as pinturas coloridas e a aplicação de adereços já estão numa outra ordem de atividades. Além do mais, essa divisão de trabalho, deve ser conveniente para ambas as partes, uma vez que tradicionalmente sempre ocorreu assim.

O trabalho das cuias em Aritapera se desenvolve diariamente e ao longo de todo o ano. Uma média de 600 dúzias de cuias são preparadas mensalmente na comunidade, segundo levantamento por nós realizado durante os anos de 1977 e 1978.

As tarefas de preparação das cuias podem ser feitas a qualquer hora do dia, principalmente as decorações a canivete, realizadas com extrema habilidade e a qualquer momento, mesmo durante uma conversa. Algumas vezes quando há muitas encomendas de cuias, as mulheres dedicam um espaço de tempo maior a essa atividade. Em alguns casos, as crianças participam executando tarefas *leves*. Na época da enchente, as atividades se limitam um pouco, pelas dificuldades de espaço adequado, porém a produção não chega ser afetada significativamente.

As mulheres desenvolvem tais atividades no âmbito de sua unidade doméstica, mas há também alguns casos de trabalho em sociedade. isto é, quando mulheres de duas ou

mais unidades domésticas dividem tarefas entre si, repartindo a produção de acordo com a **combinação** da parceria. Estes casos são ensejados principalmente quando uma das partes não possui cuieiras em seu terreno.

As cuias são vendidas em dúzias. Há na Vila algumas pessoas que negociam com cuias, ou seja, compram as mesmas em certa quantidade e levam para Santarém, onde também existem pessoas que transacionam com tais artigos. Em muitos casos, a própria pessoa que trabalha com as cuias, leva-as a Santarém para a comercialização. Ali, uma vez completada a pintura, serão vendidas nas lojas de **artigos regionais** da cidade e por vendedores ambulantes. Há também remessas para outras praças, como Belém, Manaus, Macapá e cidades de outros Estados brasileiros.

O papel da mulher em Aritapera não difere do padrão socialmente determinado em áreas e situações semelhantes à aqui estudada, ou seja de participação na reprodução biológica e social sob a predominância do elemento masculino.

Uma pesquisa recentemente realizada por Maués (1977), sobre o *status* das mulheres numa comunidade de pescadores — Itapuá — no Município de Vigia, Estado do Pará, constata, entre outras coisas, a maior participação feminina no setor *privado* enquanto ao homem compete atuar predominantemente no setor *público* (1977: 27-28).

A constatação da autora pode ser cotejada com a situação por nós observada. Pode-se verificar que as qualificações das variáveis em apreço se assemelham nas duas situações. Todavia, como as atividades econômicas não são exatamente as mesmas nas duas localidades (Itapuá e Aritapera), temos algumas mudanças de enfoque, de modo especial na esfera econômica, o que irá atingir conseqüentemente outras esferas.

O artesanato de cuias modifica de várias maneiras a posição social da mulher no trabalho, em Aritapera.

TRABALHO FEMININO COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Com a caracterização das várzeas amazônicas e de Aritapera feita no início deste trabalho, procuramos demonstrar o meio ecológico onde se processa a adaptação humana estudada, numa relação estreita com os recursos econômicos, já que estes recursos constituem um dos elementos mais implicados infra-estruturalmente na distribuição cultural humana. A mobilidade de um grupo, suas demarcações territoriais, a casa etc. raramente deixam de refletir os recursos econômicos da comunidade (Garcia, 1976: 55).

Os contornos da comunidade aritaperense formam o recorte de uma situação afetada pelas enchentes periódicas, pelo declínio do cultivo da juta e pelo crescimento de Santarém, mas a força do trabalho familiar, fundamental na produção camponesa, engendra estratégias capazes de manter a produção para a subsistência e para o mercado.

A importância da família como grupo econômico é uma dimensão que no caso aqui em apreço forma um elo forte com a própria formação da família, sendo fundamental a manutenção da terra dentro de fronteiras desejáveis de parentesco, conforme ficou exposto anteriormente.

Como já foi referido inúmeras vezes, as atribuições das respectivas ao homem e à mulher dentro de uma divisão sexual de trabalho, não se prendem exclusivamente às condições biológicas dos diferentes sexos, mas se definem ainda pela organização da produção e da reprodução de uma determinada sociedade.

Para efeito de análise, vamos enquadrar o trabalho da mulher em Aritapera, dentro de duas variáveis:

- Trabalho Doméstico e de Subsistência;
- Trabalho voltado para o Mercado.

O interrelacionamento entre ambas as variáveis é evidente, principalmente em se tratando de uma economia ru-

ra!, onde comumente o trabalho da mulher fora de casa é uma extensão do trabalho doméstico, que sua vez contém uma parcela considerável de produção dirigida ao próprio consumo doméstico (Beneria, 1979: 6).

N.B. Entre as atividades consideradas como domésticas, destacamos: limpeza da casa e do quintal, preparação dos alimentos, cuidar das crianças, carregar água do porto para a cozinha, providenciar lenha, lavar e passar roupa, pescar (raramente), fazer farinha de mandioca (raramente), plantar e colher legumes (raramente).

Nas atividades voltadas para o mercado estão: ajudar o homem no plantio e extração de juta (limpeza do roçado, decorticagem e lavagem) e preparação de cuias.

Desta forma é patente, no caso, a importância decisiva da mulher na reprodução da força de trabalho também em atividades dirigidas para a economia de mercado.

Embora a juta tenha um apelo maior como atividade produtiva destinada ao mercado, inclusive a nível nacional e internacional, em Aritapera, para as pessoas que ali vivem o artesanato feminino de cuias é a nosso ver o fator econômico fundamental para a sobrevivência e a reprodução daquele grupo social. O trabalho feminino em Aritapera contribui não apenas para aumentar a renda da unidade doméstica como no caso das mulheres diaristas, estudado por Fonseca (1980) em Alto Ribeirão (M.G.), mas em muitos casos representa o único recurso ao alcance da mão, principalmente em situações desfavoráveis.

O caráter artesanal dessa atividade e sua organização de produção bastante elementar, permitem que as cuias de Aritapera se articulem nos interstícios de um mercado já bastante diversificado de Santarém.

É fácil entender a preocupação de uma senhora aritaperense, trabalhadora de cuias. Certa ocasião, visitamos essa senhora durante seu trabalho com cuias, e lhe fizemos várias

perguntas sobre sua atividade. No final, quando nos despedimos, ela nos pediu, bastante apreensiva, que não fizéssemos comentários em órgãos oficiais sobre seu trabalho, pois poderiam *querer vir cobrar impostos*. É interessante também esta outra observação: *Se não fosse este dinheirinho das cuias, a nossa situação aqui já estaria bem pior...* — de um morador de Aritapera.

Por outro lado, obras como a Rodovia Santarém-Cuiabá, Cais do Porto, o novo Aeroporto, a Hidrelétrica de Curuá-Una, o Tropical Hotel, Mineração do rio Trombetas etc. propiciaram um visível crescimento da cidade de Santarém, com a conseqüente expansão das atividades econômicas.

Muitas pessoas que saíram das várzeas e do interior do Município, em geral, para trabalhar nas novas frentes, não mais retornaram ao local de origem, e muitas delas passaram a viver nas periferias de Santarém.

Em hipótese, essas situações ligadas a um processo de urbanização, podem afetar as formas de produção como o artesanato de cuias. Porém, tal não ocorre em Santarém. Pelo, contrário o uso das cuias como **souvenir** teve seu mercado ampliado, sem que houvesse uma mudança nas **regras do jogo**.

Por outro lado, se quisermos situar o fato dentro de uma perspectiva comparativa, podemos lembrar que no caso do Nordeste Brasileiro, o artesanato e as empresas domésticas, não foram suplantadas pela industrialização (Aguilar, 1980).

Para finalizar estas considerações, queremos ressaltar que a atividade artesanal feminina das cuias, confere às mulheres de Aritapera um *status* que lhes permite afastar-se um pouco do âmbito doméstico, quer para comercializar as cuias em Santarém, quer possibilitando que muitas mulheres façam negócio comprando e revendendo cuias.

O dinheiro, quase sempre considerado um bem masculino, mormente nas economias de subsistência, não deixa de

sê-lo em Aritapera, mas a posição social da mulher na produção é de relevância, pelo peso que tem a renda das cuias no dia a dia da comunidade.

#### JUTA, PECUÁRIA E OUTRAS ATIVIDADES

Passamos a abordar as demais atividades produtivas dos aritaperenses e sua contextualização.

#### JUTA

Em fins da década dos 30 o político amazonense Vivaldo Lima lançava um apelo em favor do cultivo da juta na Amazônia. Dizia ele :

A juta está destinada a ser uma riqueza econômica da Região Amazônica, se o seu plantio contar com boa vontade e o auxílio dos homens de governo que dirigem os destinos dos dois grandes Estados nortistas do Pará e Amazonas... (Lima, 1938:3).

As observações de Vivaldo Lima preconizavam o que de fato se tornaria a juta na economia do Vale Amazônico. Originária da Índia, essa fibra vegetal veio preencher uma lacuna deixada pela decadência do extrativismo da borracha.

Não se pode dizer, porém, que a juta tenha significado um novo alento para as populações das várzeas amazônicas, uma vez que as condições do cultivo são externamente nobres e os resultados auferidos pelos pequenos produtores não lhes permitem mais do que a reprodução pura e simples de seus meios de subsistência.

Além da Índia, produzem juta atualmente: Bengla Desch (ex-Paquistão Oriental), Brasil, Taiwan, Nepal, Birmânia, Tailândia, Iran, Camboja, Vietnam, Japão.

No Brasil, as primeiras tentativas de cultivo da juta foram feitas nas margens do rio Paraná, em São Paulo, porém sem surtir o efeito desejado. Já na década dos 30, após entendimentos com as autoridades brasileiras e do Governo

do Amazonas, foi instalado na margem direita do rio Amazonas, no Município de Parintins, o Instituto Amazônico, pertencente à firma japonesa *Amazônia Sangyo Kabushiki Kaisha* (Companhia Industrial Amazonense), sob a presidência do Dr. Tsukasa Uyetsuka, e a gerência do Dr. Kotaro Tuji. Essa organização mantinha em Tóquio a *Nippon Koto Takushoku Gakko* (Escola Superior de Colonização Japão) com a finalidade de preparar técnicos agrícolas especializados para atuar na Amazônia. Com a atuação desses migrantes especializados foi possível desenvolver-se em Parintins experimentos sistemáticos a partir das sementes de juta oriundas da Índia e de São Paulo, até que em 1934 foi finalmente conseguida a aclimação da fibra vegetal indiana, possivelmente através de uma mutação genética (Junqueira, 1972: 45). O caso de mutação é também mencionado por Libonatti (1958:10). A juta é uma planta de ciclo curto e que exige calor e umidade.

Posteriormente, veio associar-se à juta outra fibra vegetal similar, porém nativa: a malva (*Urena lobata* L.) inicialmente cultivada comercialmente nas Zonas Bragantina, Guajarina e Salgado, no Estado do Pará e, a partir dos anos 70 também no Estado do Amazonas.

O principal emprego da fibra de juta, consiste no preparo de tecidos de anagem, comumente chamados de *serrapilheira*, e utilizados para a feitura de sacos para a embalagem de grãos, principalmente café, bem como alguns cereais. Além do emprego em sacaria, que é o mais importante, as lonas de juta são empregadas também para a confecção de tapetes, cortinas, bolsas e trabalhos decorativos. À sementeira do sisal e fibras similares, a juta é utilizada ainda, para a fabricação de fios e barbantes para fins comerciais e industriais.<sup>(6)</sup>

(6) — De acordo com os usos acima descritos, a juta apresentava a seguinte composição em 1976: fabricação de sacos, 76%; tapeçaria, 15%; cordoaria, 04%; tecidos para cortinas, 01%; outros usos, 04%. (Fonte: Levantamentos Aerofo-gamétricos S/A. : 1976 : 258).

## A. JUTA EM ARITAPERA

Na década dos 40 a juta começou a ser cultivada nas várzeas de Aritapera, destacando-se nessa iniciativa o japonês Kinji Ikegami, por sinal um dos pioneiros da Vila Amazônia (Parintins) atualmente comerciante em Alenquer. Outro japonês também mencionado pelos aritaperenses é Kofei Tuji, também pioneiro de Parintins, hoje ainda atuando no setor de juta, porém como empresário em Santarém (FIBRASA). É reconhecidamente uma das maiores autoridades em assunto de juta amazônica.

A produção de juta em Aritapera se desenvolveu dentro do velho esquema de relações de patronagem, em que o patrão, geralmente comerciante, **aviava** seus **fregueses** antes e durante as várias fases de cultivo, recebendo posteriormente a juta enfardada. Esse sistema conhecido tradicionalmente como *aviamento*, desde o período colonial vem permeando as várias formas sociais de produção na região, tendo-se evidenciado mais no extrativismo da borracha. Todavia, é preciso notar que a situação em Aritapera mudou muito nos últimos tempos. O cultivo da juta é menor que em épocas passadas, e as relações de produção também sofreram alterações, como veremos mais adiante.

Os processos de cultivo seguem as mesmas técnicas rudimentares de toda a várzea amazônica, com a derrubada das árvores, queima, coivara e plantio das sementes. Depois de 3 a 4 meses a juta já está em condições de corte. Há ainda a decorticagem, lavagem, secagem e finalmente o enfardamento.

A comercialização da juta que em épocas passadas tinha como principal agente a figura do patrão, atualmente se processa de duas maneiras:

Alguns moradores levam o produto para vender diretamente nas empresas de juta em Santarém. Outros fazem negócio com os **marreteiros**, que são comerciantes itineran-

tes, que vão aportando nas localidades ribeirinhas, comprando e vendendo gêneros, muitas vezes à base de troca.

Os roçados de juta são pequenos — 1 a 5 ha, em média — e a mão de obra utilizada é a familiar.

O cultivo da juta em Aritapera está em declínio, fato que analisaremos mais adiante.

### PECUÁRIA

A pecuária extensiva de gado nos campos de várzea é praticada desde o início da colonização portuguesa. Esse tipo de pecuária está na origem de Aritapera, como já foi mencionado anteriormente. Não se trata neste caso da grande empresa agro-pecuária, mas uma pecuária que poderíamos chamar de familiar, e que na linguagem corrente local é expresso como **gadinho**.

Existem apenas três criadores maiores, com uma média de 200 reses. O comum, porém, é a posse de 20 a 50 cabeças de gado por família proprietária. A posse do gado é uma garantia, e é mantida para o uso em situações de necessidade, como no caso de doenças ou para saldar uma dívida premente. Por outro lado, o consumo de leite faz parte da dieta alimentar local, principalmente durante o verão.

A posse de gado por parte da maioria das famílias locais se explica pelo fato da **criação em sociedade**, muito comum em épocas passadas. Uma pessoa recebia um certo número de **cabeças** para criar. Depois de um determinado período de tempo, as novas reses nascidas eram divididas igualmente entre o sócio e o dono, permanecendo este último, obviamente, com as reses iniciais. Todavia, este sistema de parceria, atualmente é praticado raramente.

As enchentes periódicas limitam o número de cabeças de gado no local. Quando as águas sobem, o gado pode

tomar dois rumos: ou é colocado na **maromba**, ou é levado para a **terra firme**. Ambas as alternativas são trabalhosas para os criadores.

A manutenção do gado na maromba, às vezes se torna difícil. Pode haver dificuldade na obtenção de capim aquático; as águas eventualmente podem atingir a maromba e o gado ser atacado por piranhas, cobras etc. ou ainda as reses podem aglomerar-se subitamente ocasionando quedas e/ou ferimentos entre as mesmas. Apesar dessas possíveis dificuldades, alguns criadores são de opinião que se torna mais favorável deixar o gado na maromba em vez de levá-lo para a terra firme alugada.

Um criador, perguntado sobre qual das duas alternativas achava mais conveniente, respondeu :

A maromba sai mais barato que na terra firme, porque na terra firme você fica pagando Cr\$ 25,00 por cada rês, você paga transporte de ida e de volta por cabeça. Quanto mais a enchente for longa você tem que dar assistência, tirando de cá, colocando pra lá, etc. e na maromba você não tem problema, o camarada sai, corta o capim, coloca lá. Então vem aqueles capins fluviais, o sujeito laça, puxa, coloca lá, tá de graça!

A venda de gado, quando ocorre, é feita em Santarém, ou para compradores que passam na localidade.

## OUTRAS ATIVIDADES

### PESCA

Pratica-se a pesca artesanal para a subsistência e, algumas vezes uma parte é vendida no local ou em Santarém.

Um fato recente, já mencionado anteriormente, é a presença em Santarém de caminhões frigoríficos do Sul do País, pertencentes à empresas de pescado. Com isso, muitos pescadores, passaram a praticar, eventualmente, um tipo de pesca mais comercial, e muitas vezes predatória, visando um lucro rápido.

#### ROÇAS DE MANDIOCA

Esta é outra atividade de subsistência praticada, porém, em escala bem reduzida, já que a maior parte da farinha consumida no local é adquirida em Santarém. As enchentes periódicas, também neste caso, limitam um pouco essa atividade; todavia, não se deve atribuir apenas às enchentes o reduzido cultivo de mandioca no local.

Por outro lado, em fevereiro de 1978, estivemos em três casas onde na ocasião haviam desmanchado roça e estavam fazendo farinha. Alguns dos moradores na ocasião, recriminaram o desinteresse de muitos aritaperenses pelo cultivo de roças de mandioca e outros tipos de plantações.

#### PLANTAÇÕES DE VAZANTE

Quando as águas baixam, nos roçados de juta (já extraída) planta-se feijão, melancia, quiabo, maxixe, abóbora etc. Todavia, essas plantações são restritas e utilizadas mais para o auto-consumo. É nesse período também que em muitos locais das várzeas amazônicas se fazem a segunda plantação de juta, *de lama*. Tal fato, porém, não vem ocorrendo em Aritapera. Por outro lado, nas várzeas da beira do Amazonas, tivemos oportunidade de verificar plantações viçosas de melancias e legumes nessa época pós-enchente.

#### FABRICAÇÃO DE VASILHAS DE BARRO

Uma outra atividade feminina que em épocas passadas era bastante praticada consiste na fabricação de vasilhas de barro: panelas, bules, alguidares, cafeteiras etc.. Em nossos dias, porém, essa prática é rara. Conhecemos, no entanto, uma senhora idosa que ainda exerce com alguma freqüência essa atividade, atendendo a encomendas.

O barro é retirado de determinados locais da área. Depois de moldadas as vasilhas, as mesmas são *queimadas*, ou seja, são submetidas ao fogo, para adquirirem melhor consistência. Finalmente, recebem uma aplicação de verniz.

A virtual extinção desta atividade é facilmente compreensível, nas condições atuais, pois as referidas vasilhas não têm um caráter de peça de artesanato, *souvenir*, como ocorre com a cerâmica "marajoara" em Belém e os trabalhos de barro no Nordeste, por exemplo.

#### AS REDEFINIÇÕES DA PATRONAGEM

As grandes enchentes por um lado e as alterações sócio-econômicas de Santarém, por outro, determinaram na trajetória de vida de Aritapera mudanças significativas, embora dentro da persistência de padrões culturais.

Como ficou exposto anteriormente, ao lado de uma pequena pecuária tradicional e da juta que é cultivada sazonalmente, a única atividade produtiva permanentemente praticada e que vem atravessando os tempos, é o *artesanato de cuias*. Ficou frisado também a caracterização de Aritapera como localidade de ocupação antiga e ainda fora do alcance direto de novas *frentes de expansão*. Todavia, pelos fatores já referidos, as relações de produção sofreram ao longo do tempo redefinições que passaremos a abordar numa tentativa de interpretação.

#### PATRÃO, BANCO OU MARRETEIRO

Assim como as *visagens* (assombrações) que, segundo um dos moradores, *morreram afogadas na água grande*, também desapareceram com o passar dos anos os chamados grandes comerciantes. Atualmente não existe em Aritapera nenhum comerciante forte, mas apenas alguns pequenos comerciantes.

A saída de Aritaperenses para Santarém, principalmente jovens, e a transferência cada vez mais para a cidade das aspirações de melhoria de vida, refletem entre outras coisas a diluição das relações de produção, outrora mais definidas e assimétricas. Várias famílias proprietárias de terreno e gado no local, moram em Santarém, residindo em Aritapera apenas um ou outro parente.

Em que pese a idealização do passado, manifestada com alguma freqüência no discurso de pessoas idosas do local, é certo que em Aritapera, parentes mais antigos de moradores atuais, tiveram recursos e prestígio no local. Geralmente eram comerciantes fortes, aos quais estava associada a figura do **patrão-aviador**. Em nossa primeira estada em Aritapera, residimos na casa do filho de um antigo comerciante, onde pudemos compulsar e mesmo fotografar velhos cadernos de **aviamento** com o assentamento de nomes de inúmeros **fregueses** e seus respectivos créditos com as entradas e as saídas.

O **aviamento** na Amazônia, como já foi referido por inúmeros autores, consiste num sistema de **relações comerciais** entre o **patrão** (comerciante) e seu **freguês** (aviado). O primeiro adianta mercadorias e bens necessários à execução do trabalho ao segundo que fica com o compromisso de entregar os produtos (geralmente extrativos) ao seu **aviador**. Tal transação tende a ser desdobrada pela persistência da dívida do freguês, e é permeada por compromissos de lealdade entre as partes.

A cadeia do sistema de **aviamento** tem seu suporte nas agências comerciais localizadas nos centros urbanos, antigamente chamadas casas aviadoras, hoje representadas por uma diversidade maior de Firms Comerciais, como se nota na observação de Oliveira com referência à decadência do **aviamento** num povoado do rio Negro, onde firms como J.G. de Araújo e Higson retraíram em muito as suas atividades na área, alegando prejuízo (Oliveira, 1981: 141).

O sistema de aviamento **clássico** está ligado ao seringal, como aparece analisado, por exemplo, num trabalho recente, ainda inédito (Teixeira: 1980).

Todavia, o aviamento é facilmente incorporado nas mais diversas atividades extrativas da Amazônia. Para Santos

...a instituição do aviamento tenderá a repetir-se em toda área econômica na qual as seguintes características estejam presentes: a) base de recursos naturais espacialmente ampla e de difícil acesso; b) atraso das técnicas de produção; c) índice de participação do dinheiro nas trocas nulo ou muito baixo; d) presença de lideranças mercantis locais — autóctones ou estrangeiras — ou de agentes capazes que virem a exercê-las; e) ligação dessas lideranças com um mercado monetizado em pleno funcionamento e que, de fora subministra crédito; f) demanda externa ativa sobre um ou mais produtos dessa área. (1980: 155).

Em Aritapera, o aviamento foi bastante utilizado em épocas passadas, reafirmando-se com a introdução da juta na década dos 40, e permanecendo até a atualidade, mas com visíveis limitações e mesclando-se com outras formas de crédito, como veremos a seguir.

#### O DECLÍNIO DO CULTIVO DE JUTA EM ARITAPERÁ

O cultivo da juta em Aritapera, vem sofrendo um declínio de ano para ano. Embora o mesmo não se repita necessariamente em outros locais do Município de Santarém e das várzeas amazônicas de um modo geral, é certo que a produção comercial da juta na Amazônia, sofre crises cíclicas, que se prendem a três setores, basicamente: sementes; fibras e manufaturados.

A distribuição de sementes, mesmo partindo de órgãos oficiais, sofre intermediações que não favorecem um acesso mais fácil e menos oneroso às mesmas, por parte dos pequenos produtores disseminados nas unidades familiares ao longo dos rios. Tem ocorrido casos de falta de sementes na época do plantio.

A irregularidade das enchentes, como já foi mencionado anteriormente, tem sido outro fator causador de frustração de safra de juta. De outra feita, o preço da fibra, pago ao produtor nem sempre compensa. Embora a juta esteja incluída na política de Preços Mínimos, estabelecida pelo Ministério da Agricultura, tais preços ainda que proporcionem uma certa garantia ao produtor, nem sempre estão à altura ideal, e muitas vezes os moradores ribeirinhos acham mais cômodo vender sua juta no seu porto a compradores que por ali passam, embora a preços um pouco menores que os da cidade.

Os problemas na área dos manufaturados também são freqüentes. Algumas vezes, por motivo da redução da safra de juta, as indústrias de tecelagem são obrigadas a importar matéria-prima de outros países produtores como o Paquistão e a Índia. Pode acontecer, porém, que o volume de importação seja além do necessário, beneficiando as indústrias, pois geralmente há vantagem de preços.

Outras vezes, ocorrem reduções drásticas na demanda de sacos de aniagem, provocadas por fatores climáticos como geadas e estiagem, afetando diretamente a safra de produtos ensacáveis como o café em grãos, por exemplo, o principal deles.

Há ainda a concorrência das fibras sintéticas. A partir de 1960 as fibras poliolefínicas, principalmente as feitas de polipropileno, começaram a ser usadas na fabricação de sacaria, deslocando um volume considerável de juta na fabricação desse tipo de tecelagem. Todavia, com os recentes problemas que se abatem sobre o petróleo, a ameaça das fibras sintéticas está mais contida. Também porque o uso de embalagens sintéticas nem sempre são as mais indicadas, trazendo problemas para a conservação de determinados cereais, bem como para o empilhamento de grande quantidade de sacos, que desmoronam facilmente, o que não ocorre com os sacos de fibras naturais.

Podemos ainda mencionar outros fatores restritivos à expansão da demanda de juta: o uso de graneleiros para armazenar e transportar grãos; a reutilização exagerada de sacos de aniagem; e o uso de embalagens de outras matérias-primas, como o papel, por exemplo, além das já mencionadas.

Apesar do quadro delineado, o cultivo da juta nas várzeas amazônicas, permanece dentro de um comportamento que poderíamos chamar de equilíbrio instável. A extração da juta é ainda de grande interesse para a economia regional. Prova disso, foi a criação em 1975 do IFIBRAM (Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia), que é um órgão de iniciativa privada, criado por 27 indústrias de aniagem do País, com a finalidade primordial de promover o incremento à produção de fibras vegetais da Amazônia. Convém lembrar ainda que o principal produto ensacável, o café em grãos, por determinação legal, deve ser sempre embalado em sacos de aniagem.

A notável expansão do cultivo de malva, antes restrita ao Estado do Pará, e agora em franca expansão no Estado do Amazonas, não significa em si, uma ameaça à juta, uma vez que na fabricação de sacos de aniagem, a malva entra como complemento da juta, cuja fibra é mais sedosa e mais nobre, indispensável para a confecção da lona. Além do mais, nos trabalhos artesanais, a fibra de juta é a utilizada, e não a de malva.

Como se percebe, os contornos da chamada *crise da economia juteira* tem várias nuances. Nas várzeas de Santarém a redução da produção de juta nos últimos anos, prende-se, naturalmente, aos fatores já mencionados, bem como, em alguns casos, ao **avanço da nova pecuária** que estaria ocupando áreas e mão-de-obra anteriormente dedicadas ao cultivo da juta (Sondotécnica, 1973/74).

Um relatório elaborado por Kofei Tuji, da FIBRASA, de Santarém, demonstra entre outras coisas, o estado de retra-

ção do cultivo de juta, em áreas de 6 municípios do Pará, na região do Baixo Amazonas: Santarém, Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Juruti. Diz uma passagem do Relatório :

O meu sentimento durante a viagem, fica resumido em tristezas e decepções diante do aspecto de grande fracasso do cultivo da juta na região do Baixo Amazonas, pois encontrei regiões que ficaram completamente abandonadas, onde nos anos anteriores havia uma casa perto da outra e os quintais eram limpos e cheios de flores, as crianças brincavam nos terreiros, atrás da casa encheravam-se lindos jutais, hoje os mesmos foram transformados em desertos e capoeiras. Este triste aspecto encontrei diariamente nas regiões que plantavam juta nos tempos idos. A minha preocupação não só se lastima com o triste acontecimento, e sim precisava analisar as razões oriundas do grande fracasso. (Tuji, 1978 : 1).

Prossegue fazendo uma análise dos seguintes pontos : falta de sementes; enchente adiantada e falta de braço.

É dentro dessa perspectiva que se situa a juta em Aritapera. Atualmente são poucos os moradores que se dedicam ao cultivo dessa fibra vegetal. Queremos ressaltar, porém, que no caso de Aritapera, o avanço da nova pecuária (empresarial) não se verifica, sendo o declínio da juta, decorrente dos fatores a que já aludimos anteriormente.

Ao lado de outros fatores conjunturais, o decréscimo da produção de juta no local, contribuiu para o enfraquecimento da figura do patrão, uma vez que este, tradicionalmente era quem financiava o cultivo de juta através do avimento. As que de fato estão havendo redefinições dentro das relações representações manifestadas pelos moradores demonstram de patronagem. Reside em Aritapera um ex-empregado de uma firma comercial de Santarém, uma pessoa muito bem conceituada no local, que se referiu ao seu antigo patrão da seguinte maneira :

Era um patrão e amigo. Eu não era empregado, eu era amigo. Hoje em dia é difícil você encontrar, sabe, um empregado que seja verdadeiramente amigo do patrão.

Essas redefinições das relações **freguês-patrão** parecem estar presentes também em outras áreas das várzeas santarenas, como demonstram os seguintes depoimentos (Sondotécnica, 1973/74: 222):

*Já foi o tempo que tinha aquele patrão que aviava (de uma mulher de juteiro, no rio Ituqui); Acabou-se o tempo da freguesia (de um patrão do lago Grande da Franca); agora não tem mais patrão, os créditos acabaram (de um patrão do rio Tapará).*

É certo que os poucos e pequenos comerciantes de Aritapera, vendem fiado algumas vezes aos seus **fregueses**. Há também 3 ou 4 maiores criadores que mantêm alguns empregados; como também há algumas mulheres que pedem alguns adiantamentos aos compradores de suas cuias, mas a face mais persistente da antiga patronagem parece estar configurada num elemento novo chamado **marreteiro**.

A alternativa do empréstimo bancário para o financiamento da produção é algo estranho para a maioria dos moradores. Isto não quer dizer que o desconheçam e sim que há muita temeridade em relação ao mesmo. Embora tenhamos encontrado uns poucos produtores que efetuaram pequenos empréstimos e foram bem sucedidos, isto é, conseguiram saldar seus compromissos com a agência bancária, outros não tiveram a mesma sorte. Ao perderem sua safra de juta, ficaram devendo ao Banco.

Além do mais, os procedimentos impessoais (burocratizados) para a obtenção do empréstimo, desestimula muitos moradores a procurarem o Banco. Há necessidade de *tirar muitos documentos; apresentar os documentos da terra* etc. Um morador queixou-se a nós que ao procurar o Banco, recebeu como resposta que: *O Banco não financia água; referência às terras inundáveis.*

Enfim, se em outras situações em áreas da Amazônia, o capital bancário é um fator preponderante no financiamento da produção, em Aritapera o mesmo não ocorre.

A situação acima descrita pode ser encontrada também em outros locais das várzeas santarenas, como demonstra o relatório citado anteriormente (Sondotécnica, 1973/74:222)

#### MARRETEIRO: UM MISTO DE REGATÃO E PATRÃO

O termo **marreteiro** em Belém do Pará como em vários outros locais da Amazônia, significa o pequeno vendedor varejista, ambulante ou não, que geralmente, nas cidades, se situa nas feiras livres e zonas de comércio. Essa categoria assume determinadas variações, conforme as situações específicas nas áreas rurais da Amazônia.

Em Santarém encontramos primeiramente o **marreteiro urbano**, isto é, que exerce suas atividades nas feiras livres, balcões do Mercado Público e locais semelhantes da cidade. Muitos deles, vêm à cidade, temporariamente, oriundos da zona rural, principalmente da *Colônia*.

Os **marreteiros do interior** somam outras qualificações. São comerciantes que andam em pequenas embarcações, vendendo mercadorias variadas e comprando produtos extrativos como juta, malva, borracha, farinha etc. Este tipo de comerciante ambulante, no caso por nós estudado, caracteriza em primeiro lugar o já conhecido **regatão**, muito comum nos rios amazônicos, chamado por Goulart (1968) de *o mascate fluvial da Amazônia*.

Segundo considera Tavares Bastos *os regatões são os traficantes que levam em canoas, por todos os rios, lagoas, furos e lugares, mercadorias estrangeiras ou nacionais, e as vendem a dinheiro ou as permutam pelos produtos do país. O comércio no interior do Amazonas, não se faz geralmente por intermédio da moeda mas pela troca* (1975: 200).

Todavia, na área de várzea de Santarém e, conseqüentemente em Aritapera, os comerciantes ambulantes que trafegam pelos rios são chamados de **marreteiros** embora a afinidade com a figura do **regatão** seja evidente. Note-se, porém,

que os marreteiros conhecidos em Aritapera não fazem percursos muito longos e também os créditos facultados aos **fregueses** são de curto prazo.

Os **marreteiros** que passam por Aritapera, são pessoas bastante conhecidas dos moradores. Muitas vezes funciona entre as partes o sistema de troca entre produtos e bens de consumo. Pode haver o uso de moeda corrente, bem como o estabelecimento de contratos de financiamento. É muito comum ouvir-se entre os moradores que cultivam juta que estão trabalhando ou irão trabalhar com este ou aquele **marreteiro**, o que significa a obtenção de crédito dentro da concepção de **aviamento**. O **marreteiro** é, portanto, a categoria que enfeixa, em muitos casos, as atribuições do **regatão** e do **patrão**.

Há casos de **marreteiros** que são agentes de firmas de juta de Santarém e que saem pelos rios das várzeas comprando juta para aquelas determinadas empresas às quais estão ligados.

Perguntamos a um casal, como era organizado seu trabalho com juta e eles nos explicaram :

Trabalhamos com o marreteiro Alarico. A gente prepara aí a juta, e quando chega aquele tempo a gente avisa aí para ele e ele vem. Tem deles que entrega 300, 400... até 800 kg. Ano passado ele comprou muita juta aqui.

Explicaram-nos ainda que os adiantamentos fornecidos por esse marreteiro, consistem em dinheiro e/ou mercadoria.

Ele havia assim de parcelinha, porque se for de porcelana, o camarada fica atrazado com ele. Quando eles se aperreiam, vão com ele e ele atende. Tem muita gente. A freguesia dele é grande; ele tem que... ele faz empréstimo no banco. Com muitos milhão de cruzeiro, não é pouco não. Eu não peço assim muito. Tem vez que ele tem pra me dar; quando ele não tem, ele me dá a metade e na outra viagem ele, que tenha uma boa ocasião ele me manda.

Perguntamos a um supervisor do MEB (Movimento de Educação de Base) em Santarém, sobre o aviamento de juta em Aritapera. Ele nos respondeu :

Tem o Alarico... Eu não sei bem a situação, porque esse Alarico é um comerciante, assim... eu acho que se poderia dizer: ambulante. Ambulante eu digo no sentido de que ele não tem comércio pra dizer: "Olha um quilo de açúcar etc." Não. Ele arranja semente, ele vende a semente, já com o propósito de comprar a fibra, e isso ele faz não só aí em Aritapera.

Um juteiro e dono de gado em Aritapera, perguntado se além do Banco haviam outros financiamentos para a juta, respondeu:

Alarico Silva. Aliás ele é filho de Surubiaçu, mas ele está em Santarém, trabalha lá, ele opera lá mesmo. Ele tem dois motores. Ele faz viagens periódicas aqui, financiando. Ele trabalha com a firma Marques Pinto Irmãos Ltda.; essa firma já se extinguiu...

As referências feitas acima traçam o perfil de um marreteiro típico, conhecido em Aritapera. Outras dimensões da patronagem podem ser vislumbradas nos pequenos comerciantes, em alguns donos de gado e em algumas pessoas que no local podem exercer algum tipo de apadrinhamento político. Todavia, em nenhum dos casos as relações de patronagem estão estabelecidas rigidamente.

A comercialização das cuias raramente é feita com **marreteiros**. Como já vimos, é feita com maior freqüência diretamente em Santarém.

## CONCLUSÕES

As variáveis abordadas no decorrer deste trabalho giram em torno de um eixo central que diz respeito à pequena produção familiar numa comunidade das várzeas amazônicas, dentro de uma trajetória de mudança.

As atividades produtivas são observadas sobre o contexto de outros comportamentos e atitudes dos indivíduos que integram a vida da comunidade. O trabalho da mulher, pelo papel que tem o artesanato das cuias, assume uma posição de relevo.

As estratégias de formação da família em Aritapera poderiam ter sido desdobradas e aprofundadas, mas isso seria um novo trabalho. Nossa preocupação consistiu em caracterizar a posição do grupo familiar nas suas conexões com o contexto sócio-econômico, principalmente em relação à posse da terra.

Por outro lado, devemos lembrar a importância que a relação de parentesco ritual (**compadrio**) tem nos sistemas de parentesco de populações latino-americanas. O **compadrio** permeia e reforça outras relações sociais, como uma forma de extensão dos laços de parentesco consanguíneo e afim.

Embora não tenhamos tratado de forma específica, este assunto, é certo que o **compadrio** em Aritapera, é um costume vigente, e está implícito em algumas passagens deste trabalho.

As redefinições da patronagem são enfocados mais em relação à juta por ser o cultivo desta fibra que melhor propicia o sistema tradicional do **aviamento**.

Gostaríamos de reforçar, porém, que o trabalho das cuias, embora situado numa outra esfera de comercialização, tem para Aritapera um significado todo especial, como um peculiar suporte de meio de vida.

Devemos considerar que nosso principal intuito neste trabalho foi aproveitar da melhor maneira os informes etnográficos de nossa pesquisa: ou seja, procuramos arrumar o material, balizando-o por alguns referenciais teóricos. O que ficou exposto, certamente poderá dar ensejo a outras abordagens analíticas, principalmente na área dos estudos de campesinato.

Julgamos de suma importância os trabalhos monográficos sobre os vários segmentos sociais da Amazônia, mesmo porque as interpretações sobre a região muitas vezes carecem de informações mais precisas sobre as variadas situa-

ções presentes na mesma. Nesse sentido, o estudo da formação dos vários campesinatos na Amazônia poderá dar uma contribuição importante.

A área de várzea do Município de Santarém difere bastante da área de planalto do mesmo município, não apenas na configuração geográfica e populacional, como nas atividades produtivas. O estudo aqui em apreço contribui para a caracterização de um tipo de área ecológica (várzea amazônica) e seus componentes sócio-culturais.

#### AGRADECIMENTOS

Ao Prof. José Vicente Tavares dos Santos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas sugestões e incentivos, bem como aos professores da mesma Universidade: Ruben George Oliven, Cláudia L. W. Fonseca e Sérgio Alves Teixeira.

Aos colegas Jorge Antônio Pozzobon (Mestrado - UFRGS) Renán Freitas Pinto e Neide Gondim Pinto (Universidade do Amazonas), pelas contribuições. Aos colegas da Divisão de Antropologia do Museu Goeldi por mim consultados, às estagiárias do Projeto Santarém, aos moradores de Aritapera e, finalmente, a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

#### SUMMARY

The present study concerns the economic organization of the rural community of Aritapera in the Municipality of Santarém, Pará State, Brazil. This community is located on the river flood plain ("várzea") of the middle Amazon River. The principle economic activities of this community include the manufacture of calabash gourd vessels (from *Crescentia*

*cujete*) by women, the cultivation of jute (*Corchorus* sp.), cattle-raising, and subsistence agriculture. Within the production system, changes have been taking place, particularly in the relationship between landowners or creditors ("patrões") and tenant farmers. The study begins with a general description of Aritapera, and then analyzes the modes of production. The fashioning of calabash vessels is considered to be a subsistence occupation. The cultivation of jute is presently in decline. Cattle-raising is a long-standing tradition in Aritapera, in spite of the problems encountered by yearly flooding of low-lying pastures. Subsistence activities include mainly the growing of cassava (*Manihot esculenta*), fishing, and the cultivation of small vegetable plots.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Neuma  
1980 — **Tempo de transformação no Nordeste**. Petrópolis, Vozes, 234 p.
- BASTOS, A. C. Tavares  
1975 — **O vale do Amazonas**. São Paulo, Ed. Nacional. 274 p. (Brasília, 106).
- BENERIA, Lourdes  
1979 — Reproducción, producción y divison sexual del trabajo. **Cuad. agr.** La mujer campesina, México, 9: 3-30.
- CÂNDIDO, Antonio  
1977 — **Os parceiros do rio Bonito**. São Paulo, Duas Cidades. 248 p.
- CASCUDO, Luís da Câmara  
1980 — **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo, Melhoramentos. 643 p.
- CASTRO, Ferreira de  
1962 — **A selva**. Lisboa, Guimarães. 287 p.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues  
1974 — **Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura. 161 p. (Memórias: Antropologia).

FONSECA, Claudia L. W.

1980 — **Trabalhadoras sem terra: um estudo de caso do trabalho feminino no campo.** Porto Alêgre. 21 p. mimeogr.

GARCIA, José Luís

1976 — **Antropologia del territorio.** Madrid, Josefine Betancar. 350 p.

GOODLAND, Robert & IRWING, Howard

1975 — **A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?** São Paulo, Itatiaia; Belo Horizonte, Paz e Terra. 156 p. il.

GOULART, José Alipio

1968 — **O Regatão — mascate fluvial da Amazônia.** Rio de Janeiro, Conquista. 221 p. il.

JUNQUEIRA, Marcilio Reis de Avelar

1972 — **Desarrollo y perspectivas de la estructura economica de jute en Amazonas.** Bogotá, Instituto Interamericano de Desarrollo Rural y Reforma Agraria. 253 p. Dissert. (Mestrado).

LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAMÉTRICOS S/A.

1976 — **Projetos-piloto para aproveitamento econômico das várzeas dos rios amazônicos.** Belém, SUDAM. (Inédito).

LEVI-STRAUSS, Claude

1976 — **As estruturas elementares de parentesco.** Petrópolis, Vozes. 537 p.

LIBONATI, Virgilio F.

1958 — **A juta na Amazônia.** Bol. téc. Inst. Agron. Norte, Belém, 34. 83 p.

LIMA, Vivaldo

1938 — **A juta como riqueza econômica da Amazônia.** Manaus, Impr. Pública. 84 p.

LOPES, Juarez Rubens Brandão

1980 — **Desenvolvimento e mudança social.** São Paulo, Ed. Nacional. 215 p.

MAUÉS, Maria Angélica Mota

1977 — **Trabalhadeiras e camaradas, um estudo sobre o status das mulheres numa comunidade de pescadores** Brasília, Universidade de Brasília. 248 p. Dissert. (Mestrado).

MEGGERS, Betty J.

1977 — **Amazônia, a ilusão de um paraíso**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 207 p.

MOREIRA, Amélia Alba Nogueira

1977 — **Relêvo**. In: FUNDAÇÃO IBGE. **Geografia do Brasil: Região Norte**. Rio de Janeiro. v. 1, p. 1-38.

NOGUEIRA, Oracy

1962 — **Família e comunidade — um estudo sociológico de Itapetininga**. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. 341 p.

OLIVEIRA, Adelia Engrácia de

1981 — **A decadência do aviamento num povoado da Amazônia: notas preliminares**. **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro, 79: 131-147.

PIERSON, Donald

1966 — **Cruz das Almas**. Rio de Janeiro, José Olímpio. 458 p.

SANTOS, Roberto

1980 — **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo, S. T. A. Queiroz. 358 p.

SIOLI, Harald

1951 — **Sobre a sedimentação na várzea do Baixo Amazonas**. **Bol. téc. Inst. Agron. Norte**, Belém, 24: 45-76.

SOARES, Lúcio de Castro

1977 — **Hidrografia**. In: FUNDAÇÃO IBGE. **Geografia do Brasil: Região Norte**. Rio de Janeiro. v. 1, p. 91-164.

SONDOTECNICA

1973/74 — **Plano de desenvolvimento integrado dos rios Xingu e Tapajós. Relatório final — recursos humanos e infraestrutura social: 1ª etapa do plano de implementação**. Belém, SUDAM. (SUDAM. Proc. nº 04278/73. (Inédito).

**TEIXEIRA, Carlos Corrêa**

1980 — **O aviamento e o Barracão na sociedade do seringal.** São Paulo, Universidade de São Paulo. 234 p. Dissert. (Mestrado).

**TUJI, Kofei**

1978 — **Relatório de viagem de contatos com os juticultores do Baixo Amazonas, realizado de 24 a 29 de janeiro de 1978.** Santarém. 8 p. (Inédito).

**VELHO, Otávio Guilherme**

1980 — **Antropologia para sueco ver. Dados; revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 23 : 79-91.**

**WAGLEY, Charles**

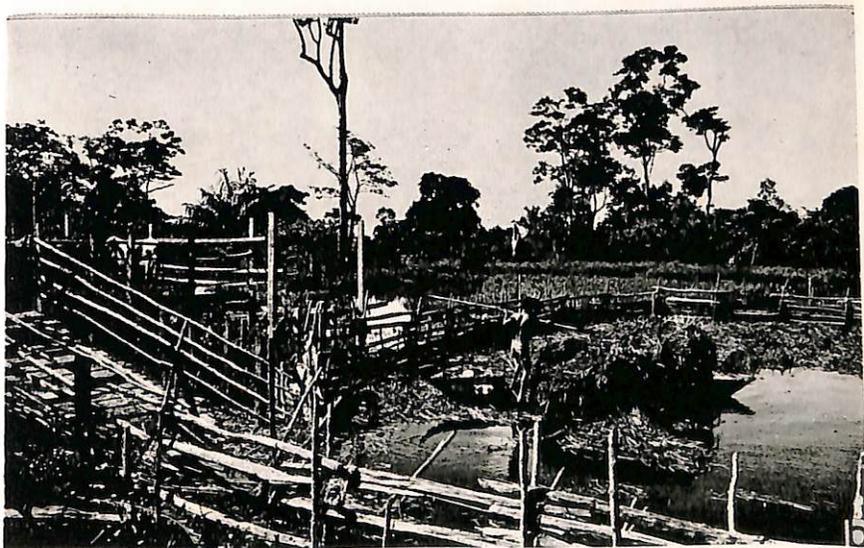
1954 — **Estudos de comunidade no Brasil sob perspectiva nacional. Sociologia, São Paulo, 16(2) : 4-22.**

1977 — **Uma comunidade amazônica.** São Paulo, Ed. Nacional. 312 p. (Brasiliiana, 290).

**WILLEMS, Emilio**

1961 — **Uma vila brasileira — tradição e transição.** São Paulo, Difusão Européia do Livro. 223 p.

(Aceito para publicação em 01/02/82)



Est. I — a) Vista parcial da vila de Aritapera durante a enchente; b) Capim aquático sendo colocado próximo à maromba (Fotos Rosi, 1978).



Est. II — a) Menina de Aritapera conduzindo baldes de cuia durante a enchente; b) Mulher de Aritapera tingindo as cuias com cumatê. (Fotos Rosi, 1978).



---

Est. III — Mulher de Aritapera fazendo decorações com canivetes nas cuias.  
(Foto Rosi, 1978).

---



Est. IV — a) Casa de morador ribeirinho tendo ao lado juta secando no varal; b) Mulheres classificando juta numa empresa na cidade de Santarém.  
(Fotos Rosi, 1978)



**SANTOS, Antônio Maria de Souza. Aritapera : uma comunidade de pequenos produtores na várzea amazônica (Santarém - PA.). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Nova Série : Antropologia, Belém (83) : 1-58. Mai. 1982. il.**

**RESUMO:** O trabalho começa dando uma caracterização geral de Aritapera, uma vila de pequenos produtores, na área de várzea do Município de Santarém, PA. Em seguida passa a abordar as atividades produtivas locais: artesanato de cuias, cultivo de juta, pecuária e atividades de subsistência. Finalmente, as redefinições de patronagem, onde se verificam mudanças no sistema tradicional do aviação.

**CDU 380.101(8115)**

**CDD 380.109811**

**MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI**

**t**